

Caderno de Estudos

**Seminário Regional NORDESTE de
Formação da Democracia Socialista –
tendência interna do PT**

Democracia Socialista, Salvador/BA, 01 a 03 de março de 2013

INDICE

O socialismo petista	03
Tendência Democracia Socialista:	15
Identidade política e programática, organização e construção A Dimensão Anti-Racista na Construção da Revolução Brasileira	21
Marxismo e democracia: um novo campo analítico-normativo para o século XXI (Juarez Guimarães)	33
Actualidade da Teoria Leninista da Organização à Luz da Experiência Histórica(Ernest Mandel)	47
Feminismo, prática política e luta social (Tatau Godinho)	64

Programação:

Sexta-feira, 01/03	Sábado, 02/03	Domingo, 03/03
Manhã Chegada das delegações e alojamento 12:00 almoço	08:00 tema 2: Revolução democrática e a construção do socialismo, com Juarez Guimarães 12:00 almoço	09:00 tema 5: socialismo e diversidade étnico-racial, com Lili Oliveira e Gilmar Santiago 11:30 tema 6: Tempo de juventude: trabalho e educação, com Anderson Campos 13:00 encerramento e almoço
13:00 abertura, apresentação dos participantes e do programa, compromissos coletivos 15:00 tema 1: Construção socialista do PT e a Democracia Socialista, com Anderson Campos	13:00 tema 3: Feminismo e socialismo, com Conceição Dantas 15:30 tema 4: Elementos para análise de conjuntura, com Afonso Florence	
Noite estudos coletivos sobre o tema juventude	Noite confraternização	

O SOCIALISMO PETISTA

(Resolução do III Congresso do Partido dos Trabalhadores)

O PT se formou em fins dos anos setenta e começo dos anos oitenta como resultado da luta dos trabalhadores das cidades e do campo por melhores condições de trabalho e de vida e pelas liberdades de expressão e de organização. No seu enfrentamento com a ditadura militar e com as duras condições de exploração, os trabalhadores tiveram nesse projeto, desde o início, a solidariedade e participação de amplos setores da intelectualidade, de profissionais liberais, de defensores dos Direitos Humanos, de inúmeras comunidades religiosas de base, vastos segmentos da juventude, sobretudo dos estudantes, além de integrantes de novos movimentos sociais que organizavam mulheres, ambientalistas, negros, homossexuais e tantos outros grupos discriminados na sociedade brasileira. Destacado papel coube igualmente a militantes das organizações de esquerda que haviam combatido a ditadura.

A luta do PT contra a ditadura, pela democratização da sociedade brasileira esteve na origem de nossas convicções anticapitalistas na medida em que a democracia é incompatível com a injustiça e a exclusão social, com a fome, a violência, a guerra e a destruição da natureza. Como já afirmamos em nossa história: “esse compromisso de raiz com a democracia nos fez igualmente anticapitalistas assim como a opção anticapitalista qualificou de modo inequívoco a nossa luta democrática”. De outro lado e coerentemente, esse compromisso com a democracia se traduziu em nossa organização interna o que contribuiu para que o PT se tornasse uma experiência inovadora e um patrimônio da cultura política brasileira.

A construção do Partido dos Trabalhadores, já nos anos oitenta, deu-se em um quadro internacional de crise das alternativas socialistas existentes. A partir da Polônia iniciava-se um movimento de contestação do socialismo burocrático, que se estenderia a todos os países da Europa do Leste, atingindo mais tarde a própria União Soviética. As chamadas "revoluções de veludo" no leste europeu e a posterior dissolução da URSS, não propiciaram uma renovação democrática do socialismo, serviram de base para instauração de um capitalismo selvagem que atacou duramente as conquistas sociais que os trabalhadores haviam anteriormente obtido naqueles países. Por outra parte, as experiências social-democratas européias, desenvolvidas em um período de forte expansão capitalista, abandonavam pouco a pouco o ideário reformista anterior e iniciavam o desmonte do Estado de Bem Estar construído no pós Segunda Guerra Mundial.

A crise dessas alternativas socialistas foi acompanhada do renascimento do liberalismo econômico. O prefixo "neo" que se acoplou a esse liberalismo requeitado, não escondia o caráter conservador e regressivo de suas propostas. O neoliberalismo pregava a desregulamentação de toda a atividade econômica, fazendo do mercado seu elemento central, acompanhado da defesa de um "Estado mínimo". O conceito de globalização servia para negar o Estado nacional. Em nome de um individualismo radical, que substituíria o cidadão pelo consumidor, negava-se a luta de classes e

estigmatizava-se qualquer conflito social. A partir daí decretava-se o "fim da história", que se transformava em um eterno presente. Suprimia-se qualquer alternativa ao capitalismo. Mais que isso, atingia-se duramente à própria democracia. Negando-se a soberania nacional, tornava-se irrelevante a soberania popular.

Ao se impor uma situação adversa, após a queda do Muro de Berlim, a humanidade passou a viver sob o domínio de uma única potência hegemônica – os Estados Unidos. A nova ordem internacional, sob a influência do Consenso de Washington promoveu reformas constitucionais nos países periféricos que possibilitaram a privatização de vários setores estratégicos das economias desses países.

Nos países da periferia do capitalismo - especialmente nos da América Latina - os efeitos dessas teses foram devastadores. As idéias do chamado "Consenso de Washington", que codificavam os princípios neo-liberais para a região, traduziam a hegemonia do capital financeiro e imperialista sobre as atividades produtivas. O neo-liberalismo buscava uma saída para a crise fiscal dos Estados latino-americanos, que tinha como inquietantes expressões os surtos inflacionários e o endividamento externo. Os fortes ajustes aplicados em nossos países não atingiram sequer seu objetivo principal: resolver os fortes desequilíbrios macroeconômicos que nos afetavam. Além de agravar a situação macroeconômica, essas políticas, que tiveram no FMI um instrumento importante, contribuíram para a desindustrialização e a contra-reforma agrária, aumentando a pobreza e a exclusão social.

Os efeitos do neoliberalismo no Brasil foram tardios. Na maioria dos países da região eles se fizeram sentir a partir dos anos oitenta. Em nosso país, graças à resistência dos trabalhadores, de vastos setores das classes médias e, inclusive, de segmentos empresariais, a aplicação de políticas neo-liberais foi diferida de praticamente uma década. Apesar da desconstrução nacional e social que produziu, nos anos noventa, seus efeitos foram menores do que em outros países. Os movimentos sociais, apesar de duramente atingidos, não perderam sua capacidade de mobilização e foram decisivos para reverter essa situação a partir de 2002. O PT teve um papel fundamental nessa resistência, junto com outros partidos de esquerda e de centro-esquerda.

A vitória eleitoral do nosso candidato em 2002 levou o PT para o governo, e o Partido passou a viver a experiência de ser Governo num país capitalista, numa sociedade de classes, em que o poder não é só o político, mas também o poder econômico, o da mídia e o militar. O sonho de uma nova sociedade, superior à ordem capitalista vigente, diante das enormes tarefas de ser governo, levou a que nossos militantes, dirigentes e líderes maiores tomassem consciência de que a conquista de uma Nação soberana e democrática é parte integrante da luta pelo socialismo em nosso país.

A despeito das transformações pelas quais passou o Brasil nos últimos quatro anos, junto com outros países da América Latina, ainda é forte a presença das idéias neoliberais no país e na região. Vivemos hoje um período de transição, de duração incerta, nos cabe construir uma alternativa pós-neoliberal. A superação do neoliberalismo no plano das idéias, mas, sobretudo, por meio de alternativas concretas, é de fundamental importância para clarificar nosso horizonte pós-capitalista, hoje obscurecido pelos impasses do pensamento e das práticas do socialismo. O século XX nos legou revoluções que não foram capazes de construir

uma alternativa socialista democrática. O desafio que temos pela frente neste novo século é o de reconstruir uma alternativa socialista libertária.

A crise que afeta os mercados financeiros mundiais - de imprevisíveis conseqüências - não pode levar a enganos. Por certo ela demonstra a fragilidade do capitalismo realmente existente. Mas não devemos sucumbir ao catastrofismo que tantas vezes marcou o movimento revolucionário. Da crise não nasce necessariamente a revolução, a transformação progressista da sociedade. Na maioria das vezes o que ocorre são movimentos regressivos, contra-revolucionários.

Nesse sentido, as realizações do primeiro mandato do Presidente Lula e as que vêm ocorrendo neste segundo, no tocante à realização das tarefas democráticas e de defesa de nossa soberania são um importante passo para a acumulação de forças que vai permitir construir não só um Brasil socialmente justo, mas também independente e democrático. A firme posição do País, e das nações que constituem o G-20 na Organização Mundial do Comércio, contra o protecionismo das grandes potências, o fim do acordo com o FMI e a construção da comunidade dos países da América do Sul são importantes afirmações de soberania do Governo de coalizão do Presidente Lula.

Mantendo um diálogo crítico com a social-democracia e com os partidos comunistas, o socialismo petista definiu-se, desde a fundação do partido como um processo de construção teórica e política. Parte importante de nossa crítica ao capitalismo e de nossa reflexão sobre os caminhos e descaminhos socialismos do século XX foi resumida no documento O Socialismo Petista, aprovado no Sétimo Encontro do partido, em 1990. Essa reflexão se enriqueceu no contato que mantivemos com dezenas de partidos e organizações do mundo inteiro, especialmente da América Latina que, como nós, realizávamos um esforço de repensar uma alternativa pós-capitalista. Mas se enriqueceu, sobretudo, com as lutas sociais e as experiências parlamentares, nos governos municipais e estaduais que conquistamos, no diálogo permanente com as melhores tradições da cultura brasileira.

Diferentemente de muitas vertentes hegemônicas no século XX, o socialismo petista não tem uma matriz política ou filosófica única, abrigando ampla pluralidade ideológica no campo da esquerda. Associa a luta contra a exploração econômica ao combate a todas as manifestações de opressão que permeiam as sociedades capitalistas e que - segundo mostrou a experiência histórica - persistiram, e até mesmo se aprofundaram - nas sociedades ditas socialistas. Por ser libertário, o socialismo petista se insurge contra todas as formas de discriminação de gênero, étnica, religiosa e/ou ideológica, em relação aos portadores de deficiência, às opções sexuais, às preferências artísticas, aos jovens e aos velhos, enfim, às diferenças que marcam as sociedades humanas.

Para o socialismo petista a democracia não é apenas um instrumento de consecução da vontade geral, da soberania popular. Ela é também um fim, um objetivo e um valor permanente de nossa ação política. O socialismo petista é radicalmente democrático por que exige a socialização da política. Isso implica na extensão da democracia a todos e na articulação das liberdades políticas - individuais e coletivas - com os direitos econômicos e sociais.

O socialismo petista é defensor do irrestrito direito de expressão e de manifestação, pelo acesso aos bens materiais e simbólicos, à cultura e as condições de produção do conhecimento. Alicerça-se sobre a defesa e a ampliação dos Direitos Humanos. Propugna, enfim, o respeito ao Estado democrático de direito e a combinação da democracia representativa com a construção de um espaço público que garanta formas de participação cidadã capazes de garantir o controle do Estado pela sociedade. O socialismo petista implica práticas republicanas inseparáveis da democracia.

O socialismo petista pressupõe a construção de uma nova economia na qual convivam harmonicamente crescimento com distribuição de renda. Para tanto, é fundamental reabilitar o papel do Estado no planejamento democrático da economia. O socialismo petista admite a coexistência de várias formas de propriedade: estatal, pública não-estatal, privada, cooperativas e formas de economia solidária. No caso brasileiro ganha especial importância o aprofundamento da reforma agrária e a relação a ser estabelecida entre a agricultura familiar e a agricultura de caráter empresarial.

O socialismo petista deve dar especial atenção às relações de trabalho. Apesar das extraordinárias mudanças na produtividade, alicerçadas em não menos extraordinárias transformações científicas e tecnológicas, a jornada de trabalho se encontra estancada no mundo há muitas décadas. É fundamental reduzi-la. Multiplicam-se os mecanismos de precarização do trabalho que convivem com altas taxas de desemprego. A noção de pleno emprego - para alguns "obsoleta" - deve ser plenamente reabilitada. Formas institucionalizadas de controle dos trabalhadores sobre todas as esferas da atividade industrial, agrícola e de serviços, serão fundamentais no combate à alienação do trabalho.

O socialismo petista compreende que os recursos naturais não podem ser apropriados sob regime de propriedade privada, mas sim de forma coletiva e democrática, em sintonia com o meio ambiente e solidária com as futuras gerações.

O socialismo petista articulará a construção nacional - que na maioria dos países da periferia do capitalismo ainda é um processo inconcluso - com uma perspectiva internacionalista. As relações internacionais devem passar por um radical processo de mudanças. Necessitamos de um mundo multilateral e multipolar, que reduza as assimetrias econômicas e sociais e não esteja submetido à hegemonia de grandes potências. Queremos um mundo democrático, onde a paz seja um compromisso das nações, um mundo sem fome, enfermidades, crianças abandonadas, homens e mulheres desprovidos de perspectivas e de esperança. Lutaremos pela construção de uma solidariedade continental, com ênfase na América do Sul, capaz de alterar a atual correlação de forças internacional.

Composto de muitos sujeitos, o socialismo petista tem nos trabalhadores sua referência fundamental. Ele é um processo de sucessivas conquistas econômicas, sociais, políticas e culturais que abrem caminho para novas conquistas. É um caminho que se renova e se amplia à medida que o percorremos. Pode contemplar momentos de rupturas, mas se faz também no dia-a-dia. Não descuida do presente,

mas tem seus olhos postos no futuro. Mas esse futuro não é um porto de chegada ou uma fortaleza a ser conquistada. É antes uma construção histórica.

Os principais traços do socialismo

A mais profunda democratização. Isto significa democracia social; pluralidade ideológica, cultural e religiosa; igualdade de gênero, igualdade racial e liberdade de orientação sexual e identidade de gênero. A igualdade entre homens e mulheres, o fim do racismo e a mais ampla liberdade de expressão sexual serão traços distintivos e estruturantes da nova sociedade. O pluralismo e a auto-organização, mais que permitidos, deverão ser incentivados em todos os níveis da vida social. Devemos ampliar as liberdades democráticas duramente conquistadas pelos trabalhadores na sociedade capitalista. Liberdade de opinião, de manifestação, de organização civil e político-partidária e a criação de novos mecanismos institucionais que combinem democracia representativa e democracia direta. Instrumentos de democracia direta, garantida a participação das massas nos vários níveis de direção do processo político e da gestão econômica, deverão conjugar-se com os instrumentos da democracia representativa e com mecanismos ágeis de consulta popular, libertos da coação do Capital e dotados de verdadeira capacidade de expressão dos interesses coletivos;

Um compromisso internacionalista. Somos todos seres humanos, habitantes de um mesmo planeta, casa comum a que temos direito e de que todos devemos cuidar. O capitalismo é um modo de produção que atua em escala internacional e, portanto, o socialismo deve também propor alternativas mundiais de organização social. Apoiamos a autodeterminação dos povos e valorizamos a ação internacionalista, no combate a todas as formas de exploração e opressão. O internacionalismo democrático e socialista é nossa inspiração permanente. Os Estados nacionais devem ter sua soberania respeitada e devem cooperar para eliminar a desigualdade econômica e social, bem como todos os motivos que levam à guerra e aos demais conflitos políticos e sociais. Os organismos multilaterais criados após a Segunda Guerra Mundial deverão ser reformados e/ou substituídos, capazes de servir como superestrutura política de um mundo baseado na cooperação, na igualdade, no desenvolvimento e na paz;

O planejamento democrático e ambientalmente orientado. Uma economia colocada a serviço, não da concentração de riquezas, mas do atendimento às necessidades presentes e futuras do conjunto da humanidade. Para o que será necessário retirar o planejamento econômico das mãos de quem o faz hoje: da anarquia do mercado capitalista, bem como de uma minoria de tecnocratas estatais e de grandes empresários, a serviço da acumulação do capital e, por isso mesmo, dominados pelo imediatismo, pelo consumismo e pelo sacrifício de nossos recursos sociais e naturais;

d) a propriedade pública dos grandes meios de produção. As riquezas da humanidade são uma criação coletiva, histórica e social, de toda a humanidade. O socialismo que almejamos, só existirá com efetiva democracia econômica. Deverá organizar-se, portanto, a partir da propriedade social dos meios de produção. Propriedade social que não deve ser confundida com propriedade estatal; e que deve

assumir as formas (individual, cooperativa, estatal etc.) que a própria sociedade, democraticamente, decidir. Democracia econômica que supere tanto a lógica do mercado capitalista, quanto o planejamento autocrático estatal vigente em muitas economias ditas socialistas. Queremos prioridades e metas produtivas que correspondam à vontade social, e não a supostos interesses estratégicos de quem comanda o Estado. Queremos conjugar o incremento da produtividade e a satisfação das necessidades materiais, com uma nova organização do trabalho, capaz de superar a alienação característica do capitalismo. Queremos uma democracia que vigore tanto para a gestão de cada unidade produtiva, quanto para o sistema no conjunto, por meio de um planejamento estratégico sob o controle social.

Socialismo Democrático e Sustentável

O 3º Congresso do PT reafirma os conceitos e posições sobre o socialismo petista definidos pelo 1º Congresso do PT e pelo VII Encontro Nacional, agregando aos mesmos o conceito de sustentabilidade sócio-ambiental, redefinindo o socialismo petista como socialismo democrático e sustentável.

A civilização industrial gerada pelo capitalismo, baseada no domínio da natureza pelo homem, na crença de que a ciência e a tecnologia possam constituir novas forças produtivas cada vez mais avançadas - conceitos persistentes em variadas concepções de socialismo - foi duramente questionada na segunda metade do século XX, quando se percebeu a crise ecológica, as limitações impostas a este crescimento de produção e consumo que se supunha ilimitado.

Esta visão planetária da crise, que não é apenas ambiental, mas humanitária, e mais que isto, civilizatória, é compatível com a visão global da necessidade do socialismo, se nossa concepção de socialismo incorporar a visão da sustentabilidade ampliada; se superar o produtivismo, o antropocentrismo, o androcentrismo, o etnocentrismo, o consumismo e a alienação do ser humano diante do humano e do ser humano diante da natureza - estabelecendo um novo paradigma sobre o qual se funda o socialismo democrático e sustentável.

O socialismo petista é fundado na democracia: como projeto dependente da vontade livre dos cidadãos e cidadãs, cuja realização se alicerça em uma nova hegemonia na sociedade e no Estado. Para construir essa nova hegemonia é fundamental incorporar o conceito da sustentabilidade forjado nas lutas e experiências práticas sócio-ambientais, anunciadoras da utopia da sociedade socialista democrática e sustentável.

O socialismo petista ou será radicalmente democrático e sustentável, ou não será socialismo.

Pela superação da opressão de raça, gênero e classe

Desde a sua fundação, o Partido dos Trabalhadores está comprometido com a luta contra o racismo. Consideramos o PT o melhor parceiro do Movimento Negro nessa agenda de combate ao racismo. Mas é preciso ir à frente com passos firmes. Os documentos, manifestos e programa de fundação do PT, mesmo que de forma não aprofundada, apontam para a superação do capitalismo como pressuposto para o combate ao racismo.

Queremos fortalecer este compromisso como estratégia na construção de uma cultura socialista capaz de romper com a opressão de raça, gênero e classe que causam sofrimento à cerca de 47% da população negra brasileira e, lá fora, no mundo globalizado, a combinação entre capitalismo e racismo têm aumentado o genocídio dos africanos e a diáspora negra.

O processo contemporâneo da globalização firma-se no ideário de que a lógica do mercado pode reger e corrigir tudo e todos. Seus propagandistas são os governos mundiais, o FMI e o Banco Mundial que são comandados por Washington e pela União Européia. A prática destas instituições supranacionais é não interferir diretamente nos territórios nacionais, mas submeter seus governantes às medidas inglórias da regulação aos interesses da lógica do mercado internacional.

A principal consequência, segundo Milton Santos, é que "os atores efetivos da nova ordem são as empresas, cuja ação é egocêntrica e auto-referida. Por isso, não há propriamente um mercado global, nem pode haver um mundo regulado. Daí a desordem atual, mais ou menos generalizada".

Diz o receituário da globalização que é preciso eliminar o déficit do Estado, e para tanto a solução é a privatização de bens públicos. Toda a atenção é dirigida à moeda e a um comércio que espolia e deforma o mercado interno, os gastos sociais são reduzidos, o desemprego aumenta, o crescimento da informalidade e da precariedade das condições de trabalho não chega a satisfazer o número cada vez maior de pessoas que ingressam nesse mesmo mercado o que empobrece toda a população em geral e, mais ainda, a juventude negra. Em nome da eficiência e da racionalidade capitalista o Estado se fragiliza diante dos interesses nacionais submetidos ao apetite insaciável do capital internacional.

É dessa forma que a soberania nacional se enfraquece. Abrimos as portas à desordem social para o enraizamento da socialização capitalista que, em última análise, significa a liberdade do capital - da mercadoria - e não a liberdade dos trabalhadores.

As condições atuais do capitalismo globalizado tornam mais evidente o *apartheid* racial à brasileira, na medida em que aprofunda a concentração dos bens, do poder, e conseqüentemente aumenta a selvageria urbana e a perspectiva genocida para os trabalhadores negros das periferias, principalmente crianças, jovens, mulheres e idosos.

Nos grandes centros metropolitanos intensificam-se as distorções sociais, entre elas, a expansão da violência que se naturaliza em decorrência da diminuição da qualidade de vida, ação de extermínio da juventude negra por policiais ou traficantes e o desemprego. É o preço do progresso capitalista, cuja excelência é atribuída às tecnologias e não ao sistema social e político.

No passado, a população negra foi vítima histórica do colonialismo escravagista e hoje, sob o neoliberalismo, não tem acesso ao mercado de trabalho, aos equipamentos urbanos e a preservação material e imaterial da sua cultura. A sociedade brasileira não respeita nossa identidade étnica, racial e de gênero, nega nosso direito à terra e às terras das comunidades quilombolas, nega-nos o ensino de boa qualidade e as políticas públicas de ação afirmativa. Isolada nas periferias das

idades, nos povoados, vilas, encostas e favelas – regiões mais distantes do centro do poder, da distribuição da riqueza e do acesso à cultura e à comunicação – a população negra constitui-se nas maiorias excluídas das cidades e da cidadania.

Este *apartheid* racial à brasileira expressa, na prática, um tipo de racismo cotidiano, perverso e estrutural que, enraizado nas relações de produção e nas relações sociais, configura-se como instrumento de desigualdade sócio-racial e estratégia de exclusão de negros e negras do desenvolvimento material e espiritual produzidos coletivamente.

O conceito de raça não é uma acepção científica precisa, mas aqui no Brasil foi popularizado e amplamente utilizado com um viés conservador para estabelecer a idéia da hierarquia entre as raças com a valorização do padrão etnocêntrico, base para a ideologia do embranquecimento e o mito da democracia racial.

É interessante observar Marilena Chauí ao afirmar “que a palavra ‘racial’ surgiu apenas no século 19, particularmente com a obra do francês Gobineau, que, inspirando-se na obra de Darwin, introduziu formalmente o termo ‘raça’ para combater todas as formas de miscigenação, estabelecendo distinções entre raças inferiores e superiores, a partir de características supostamente naturais (...) e apenas no século 20 que surgiu a palavra “racismo”, que, conforme Houaiss, é uma crença fundada numa hierarquia entre raças, uma doutrina ou sistema político baseado no direito de uma raça, tida como pura e superior, de dominar as demais. Com isso, o racismo se torna preconceito contra pessoas julgadas inferiores e alimenta atitudes de extrema hostilidade contra elas, como a separação ou o apartamento total – o *apartheid* – e a destruição física do *genos*, isto é, o genocídio (...) Em outras palavras, o racismo é uma ideologia das classes dominantes e dirigentes, interiorizada pelo restante da sociedade”. (Chauí, “Contra a Violência”, Portal da Fundação Perseu Abramo, 2007).

Nos anos 1960, Florestan Fernandes cunhou a expressão “mito da democracia racial” e abriu brecha teórica para o entendimento da democracia racial como mito nacional, uma ideologia dominante criada pelas classes dirigentes para alienar os trabalhadores negros.

Em contraponto, o Movimento Negro brasileiro reinterpreta politicamente o conceito de raça para desconstruir o mito da democracia racial e afirmar a identidade de negros e negras, mobilizar a ação de protesto contra as péssimas condições de vida e fortalecer a consciência anti-racista dos trabalhadores.

Nesse contexto, reafirmamos “raça” e o racismo como uma construção histórica, social e política da sociedade brasileira, categorias de exclusão social, através das quais os negros e negras são despojados de direitos e sua condição de classe e étnico-racial atuam como elemento determinante do lugar social e político ocupado pela população negra, a cidadania de segunda classe.

Uma releitura crítica dos estudos de Florestan Fernandes demonstra que, com a chamada “abolição da escravatura”, o desenvolvimento das relações capitalistas de produção, longe de eliminar as desigualdades sócio-raciais, a recompõe sob a ótica da acumulação do capital. Isso ocorreu porque, com a transição do modo de produção escravista para o trabalho assalariado, o valor da reprodução da força do

trabalho dos (as) trabalhadores (as) negros (as) foi determinado socialmente a partir de uma cultura política de discriminação, preconceito e desvalorização da matriz cultural africana. Sabemos que a força de trabalho é valorizada coletivamente, e não por currículos individuais com domínio da tecnologia. É na história concreta de uma nação que encontramos os nexos explicativos da valorização ou não da força de trabalho. Portanto, se na sociedade brasileira há uma desvalorização social das dimensões de raça e gênero, ela incide como fator de barateamento do valor da força de trabalho dos negros e das mulheres.

É a partir dessa compreensão teórica que afirmamos que é desigual a condição dos trabalhadores negros e negras. O processo de exclusão do trabalhador negro (a) é mediado por uma articulação ideológica que determina a absorção da população negra na estrutura de classe de acordo com a necessidade de reprodução do capital e a orientação ideológica vigente. Ou seja, o mito da democracia racial tem o papel de negar a desigualdade de oportunidade entre negros e brancos na sociedade brasileira.

Isso acaba por delinear um quadro no qual a condição racial do trabalhador se transforma num dado seletivo na competição do mercado de trabalho. Quanto mais o trabalhador for identificado com a matriz africana, maior será o grau de discriminação e preconceito, reservando-lhe a mais baixa posição na estrutura do emprego ou o recebimento dos mais baixos salários. No dia-a-dia este fato é reconhecido no desemprego, no subemprego e na rotatividade da mão-de-obra, determinando o empobrecimento contínuo da população negra.

A compreensão da marginalização social dos trabalhadores negros, assim como a sua superação, só será possível se admitirmos a centralidade da contradição de raça, classe e gênero no interior da classe trabalhadora. **Esse é o primeiro passo** para construirmos a identidade política de negros e negras na luta pelo socialismo.

“O socialismo, para o PT, ou será radicalmente democrático, ou não será socialismo”. Ao relembrar esse princípio do 7º Encontro Nacional do PT, queremos ir mais além, reafirmando que socialismo e democracia não combinam com racismo, machismo e homofobia.

O 3º Congresso Nacional do PT consolida o caráter socialista do partido e compreende que o socialismo democrático é um processo histórico de construção permanente. O PT, como um partido democrático e popular, deve ampliar o espaço público de participação popular, o controle social do Estado e estimular a participação das maiorias e das minorias sociais.

A democracia é, para nós, a invenção permanente de direitos e reinvenção cotidiana da política. Portanto, a superação do racismo, do machismo e da homofobia e de todas as formas de preconceito e discriminação requer comprometimento e apoio efetivo do PT, dos governantes, gestores e parlamentares e o engajamento político dos movimentos sociais para a superação das relações desiguais de raça, gênero e classe. Isso requer, além de uma ousada elaboração de um projeto político de inclusão social de negros e negras, o engajamento efetivo dos petistas, a participação concreta da liderança negra nos processos decisórios do PT e nos centros de poder do Estado brasileiro.

Se queremos ampliar o espaço público e controle social do Estado, se queremos construir o socialismo democrático, isso requer o compromisso do PT com a liderança negra no mesmo nível de respeito e dignidade com que trata e interage com outras forças políticas da sociedade brasileira.

Este é o segundo passo para construirmos uma nova sociedade com a tradição e experiência das lutas populares, como o Quilombo dos Palmares, a Conjuração Baiana ou a Revoltas dos Búzios, as greves dos trabalhadores negros e brancos por todo século 19 e 20, as lutas pela posse da terra e contra todas as formas de discriminação.

Uma sociedade onde o pluralismo, a auto-organização e a democracia são marcos fundamentais. O socialismo que queremos se constrói a partir das experiências da lutas dos nossos ancestrais, a exemplo de João Cândido, Carlos Marighela, Santo Dias, Lélia González e Hamilton Cardoso, que tombaram para garantir muitas das nossas conquistas.

O socialismo que queremos se constrói com a resistência das lutas populares. O socialismo que queremos tem a ver com a democracia social capaz de oferecer igualdade de condições e liberdade de participação para todos os grupos sociais, respeitando a diversidade étnica e cultural da nossa população.

Para avançarmos nesta direção com passos firmes é necessário planejarmos, inventarmos novas estratégias e definirmos metas de superação pautadas nas políticas de ações afirmativas. Até que atinjamos uma democracia econômica capaz de superar a lógica perversa da produção, circulação e distribuição capitalista das mercadorias e garantirmos o sentido social e coletivo dos bens na cidade e no campo. Uma democracia política que seja capaz de transformar o potencial dos diversos movimentos sociais em movimentos políticos na medida que amplie o espaço de poder desses mesmos grupos e movimentos.

O Socialismo que queremos construir

A democracia será a referência estratégica para a construção do nosso modelo de socialismo. Uma democracia alicerçada na participação organizada das massas e que seja capaz de articular representação com participação direta.

A pluralidade também deve ser um referencial da ação petista para a construção do socialismo. Mesmo tendo clareza de que é necessária a existência de uma direção em todo o processo, não devemos propugnar pela direção de um único partido ou de uma força social. Ao contrário, devemos buscar nossos aliados estratégicos para a formulação de um projeto socialista para o Brasil. Da mesma forma, o PT deve afirmar compromissos públicos de que a direção deste processo, em todos os momentos e estágios, estará pautada pela democracia e pela pluralidade.

A separação entre as funções de partido e Estado deve ser a referencia central das ações de um governo no regime socialista. As experiências vividas mundo afora demonstraram os equívocos cometidos nesta relação.

Se o compromisso primeiro é com a democracia, é preciso reafirmar que não há democracia sem liberdade de opinião e expressão, bem como distribuição de renda e riquezas. O PT deve avançar também na concepção de um socialismo libertário, comprometido com a superação de todas as formas de opressão e de discriminação. A reafirmação da defesa dos direitos humanos é um imperativo de luta.

Nosso compromisso com a humanidade se dá através da busca pela eliminação de todas as injustiças e formas de discriminação, contribuindo para a afirmação de novos padrões de relação social. Esta perspectiva – que inclui o reconhecimento dos direitos da infância, das mulheres, dos povos indígenas, dos idosos, negros e negras, das comunidades tradicionais, das pessoas com deficiência e altas habilidades, da livre orientação sexual, do direito a terra, à moradia, ao trabalho, à saúde, à alimentação, à vida em sua forma plena e tantos outros direitos – é profundamente anticapitalista, na medida em que o capitalismo se caracteriza por um anti-humanismo que se revela na naturalização da exclusão.

A relação com o meio ambiente deve constituir outro foco dentre os principais na luta pelo socialismo. Não há socialismo sem a defesa de um desenvolvimento sustentável. Hoje, a própria sobrevivência da humanidade está em jogo, independentemente do sistema sócio-econômico. O firme posicionamento em defesa da vida e da natureza deve ser um dos pilares de uma nova sociedade.

A transição de sociedade que o PT quer construir deve defender o controle dos trabalhadores sobre os meios de produção; a universalização da educação; os investimentos em conhecimento e pesquisa; o acesso universal aos bens culturais; o controle e taxaço do capital improdutivo e das grandes fortunas; as reformas profundas nas estruturas de ocupação e de exploração das terras e no planejamento e desenvolvimento das cidades.

A defesa da paz em todas as circunstâncias e a denúncia da banalização da guerra e da violência precisam constar claramente em nosso projeto socialista. A guerra de qualquer natureza atinge fundamentalmente os trabalhadores e suas famílias, pois as classes dominantes têm seus meios de proteção, além de ser inaceitável utilizar a violência como meio de solucionar os conflitos internacionais. Da mesma forma, temos de desenvolver políticas para prevenir a violência na sociedade, especialmente por parte das forças repressivas, nas relações pessoais e no meio escolar. O compromisso com a paz faz parte da história da esquerda contemporânea e deve ser resgatada com muita ênfase pelo PT.

A construção do socialismo, na nossa visão, segue o processo de acumulação de forças previstos nas resoluções amplamente discutidas e aprovadas no V Encontro (1987), bem como na resolução “Socialismo Petista”, aprovada no VII Encontro (1990) e referendada no 1º. e 2º. Congressos. Esta reafirmação não dispensa que façamos um debate sobre as formas de transição ao socialismo adequadas à contemporaneidade.

Para que este debate tenha uma profundidade devida, a Fundação Perseu Abramo deverá promover uma mesa permanente de discussão sobre o tema em todo o país. Dela deverão participar, além da militância petista, intelectuais orgânicos de esquerda para possibilitar a reflexão sobre a totalidade das experiências vividas e propostas programáticas em voga sobre o socialismo.

Socialismo e Estratégia

A partir de sua definição sobre o socialismo, nosso Partido deve elaborar uma estratégia adequada ao atual período histórico.

A estratégia que adotamos na primeira década de vida do Partido foi sistematizada por dois encontros nacionais: o 5º Encontro (1987) e o 6º Encontro (1989).

As resoluções destes encontros afirmavam que nosso objetivo estratégico é o socialismo. A luta pelo socialismo exigia, então, construir e conquistar o poder político; construir o poder exige acumular forças, através do Partido, dos movimentos sociais, de espaços institucionais, de alianças e através da formação de uma cultura socialista de massas.

O programa democrático-popular detalharia assim os objetivos da luta pela igualdade social, pela democratização política e pela soberania nacional, articulando as tarefas anti-latifundiárias, anti-monopolistas e anti-imperialistas com a luta pelo socialismo.

A eleição do presidente da República visava dar início, através do governo federal, à implementação de reformas estruturais de caráter democrático-popular. A execução destas reformas e a previsível reação das classes dominantes alterariam o patamar da luta de classes, criando uma situação em que ficaria claro, para amplos setores das classes trabalhadoras, a necessidade de passar da construção à conquista do poder. Para fazer avançar a estratégia democrático-popular e consolidar as conquistas programáticas que estiveram na origem do atual governo é fundamental constituirmos um eixo de esquerda.

Esta necessidade é acentuada pelas mudanças positivas, ocorridas desde 2002, na correlação de forças do Brasil e da América Latina.

Evidente que não cabe retomar, sem mediações, a estratégia democrático-popular, tal como definida no 5º e no 6º Encontros. Evidente, também, que ao reafirmarmos o PT como partido socialista e reconstituirmos a classe trabalhadora como sujeito histórico da transformação, não estaremos criando automaticamente as condições políticas necessárias para implementar na sociedade brasileira um projeto socialista.

Atravessamos um novo período histórico, tanto em nível nacional quanto internacional, que exige do PT e de todas as forças socialistas e democráticas uma elaboração estratégica mais audaz e rigorosa.

Trata-se de dar continuidade a elaboração estratégica dos anos 80, adequando a estratégia do PT a este novo período histórico. Mas mantendo a compreensão de que, com a posse do governo – portanto, de parte importante do poder do Estado – a disputa pela hegemonia passa a se dar em outro patamar, estando colocada para o PT e para as forças democrático-populares a possibilidade de iniciar um acelerado e radical processo de reformas econômicas, políticas e sociais, criando assim as condições para a conquista da hegemonia política e de transformações socialistas. Palavras do 6º encontro nacional do PT (1989), que continuam atuais, quase 20 anos depois.

TENDÊNCIA DEMOCRACIA SOCIALISTA: IDENTIDADE POLÍTICA E PROGRAMÁTICA, ORGANIZAÇÃO E CONSTRUÇÃO

Resolução da VIII Conferência Nacional a DS, Brasília, 2007.

1. A Democracia Socialista é uma tendência do Partido dos Trabalhadores. Ela organiza militantes do PT, em acordo com o direito de tendência do partido, para lutar pela sua construção como um partido socialista, democrático, internacionalista, feminista e anti-racista, eco-socialista, defensor da ética pública e do republicanismo; o que implica, atualmente, numa plataforma pela reconstrução/refundação socialista do PT.

2. Somos um coletivo em torno a um projeto estratégico para o partido com referências programáticas que definem nossa identidade. A construção da tendência é um processo combinado com a construção do PT; é fruto de uma história de contribuições essenciais à construção do PT, que reafirmamos nesta Conferência.

3. Essa história e os debates em curso hoje atualizam referências fundamentais da nossa identidade como corrente petista:

DEMOCRACIA SOCIALISTA

a) A concepção de democracia socialista, expressão de uma visão radicalmente democrática da superação histórica do capitalismo pelo socialismo. Ela advém da nossa leitura crítica das experiências de transição socialista (centradas no regime de partido único, na fusão do Estado com o partido, na ausência de desenvolvimento da auto-organização e da democracia direta), das experiências contraditórias e, muitas vezes, limitadas de superação do neoliberalismo (em particular, na nossa América e no Brasil) e das experiências de participação popular e democracia participativa em nossos governos no Brasil (tanto pelos seus aspectos virtuosos como pelos seus limites).

A luta pela democracia participativa deve se fazer presente em todos os momentos da atuação política dos socialistas; no exercício dos governos, nos parlamentos e movimentos sociais, devemos impulsionar a ampliação da participação direta na condução do Estado e organizações sociais. Para os socialistas, a defesa da participação e do controle popular tem, portanto, um alcance estratégico, pois permite articular as reivindicações dos oprimidos, a demonstração dos limites da sociedade burguesa e da democracia realmente existente em nosso País à luta por uma sociedade socialista.

O socialismo deve ser, ele próprio, uma construção democrática e pluralista, realizada pelas maiorias através da participação popular. A democracia participativa é um processo de apropriação e transformação do poder pelas maiorias. É também um processo de superação de um vício comum às experiências de governos de esquerda, que é o substitucionismo, a desconfiança da participação popular, a idéia de que o partido resolve tudo e de que a conquista de governos é um fim em si mesma.

Não há socialismo sem democracia e não há democracia sem socialismo!

INTERNACIONALISMO

b) A concepção internacionalista, que expõe uma visão radical de superação do capitalismo como um processo universal. Ela advém da crítica ao conceito e à experiência do outrora chamado “socialismo num só país” e das experiências, sobretudo atuais, de construção de movimentos sociais e políticos internacionalistas. Ela se insere nos marcos das relações internacionais do PT e busca desenvolver, de forma plural, uma perspectiva socialista e democrática para o internacionalismo nos processos reunidos em torno ao Fórum Social Mundial, ao Foro de São Paulo e às demais experiências de esquerda, em particular na América Latina.

O debate sobre um “internacionalismo para o século XXI” deve recuperar os valores e a herança positiva das quatro internacionais, mas também deve fazer um balanço dos seus erros. Deve identificar os novos atores hoje existentes, assim como aqueles que sobreviveram à crise do socialismo real e que buscam um novo espaço de organização. Deve, sobretudo, ser capaz de impulsionar um internacionalismo aberto e plural, estreitamente vinculado às lutas em curso. Ao mesmo tempo, deve estar aberto a compreender e dialogar com uma diversidade de caminhos e tentativas de processos de transição e de resistência nacionais (e mesmo regionais). Uma discussão pertinente é a de qual seria o grau desejado de internacionalização e coordenação do desenvolvimento pós-capitalista - o que, necessariamente, inclui uma crítica frontal à globalização capitalista, e, que, portanto, exclui uma solução aritmética como mudar apenas o comando e o sinal para termos uma "globalização socialista".

Somos de uma tradição do movimento socialista que tem no internacionalismo um de seus valores estratégicos constitutivos. Nossa luta deve ter objetivos comuns no mundo todo. A fraternidade universal dos povos é um valor a ser perseguido. Um projeto pós-neoliberal, para ser coerente, necessita ser socialista e internacionalista.

FEMINISMO E O COMBATE A TODAS AS FORMAS DE DISCRIMINAÇÃO E OPRESSÃO.

c) O feminismo e o combate a todas as formas de discriminação e opressão. Nossa concepção socialista incorpora a compreensão de que não há socialismo sem feminismo, nem feminismo sem socialismo. A luta contra a opressão das mulheres e combate às práticas machistas, inclusive na esquerda, é parte de nosso programa e dos desafios cotidianos para nossa militância. Assim como é parte de nosso projeto o combate a todas as formas de opressão: a DS reconhece e reafirma a importância da construção do movimento de mulheres, bem como do movimento negro, do movimento GLBT. É a partir dessa auto-organização que se garantirá um efetivo movimento de liberação e se constituirão como parte do sujeito histórico de transformação.

LUTA ANTI-RACISTA

d) A luta anti-racista, com políticas de promoção de igualdade racial, e de autodeterminação dos povos indígenas, com demarcação de suas terras, combinam uma visão de longo prazo para a construção de uma sociedade socialista e uma nova civilização brasileira pluriétnica, e orientam uma ação política no presente.

ECOSSOCIALISMO

e) O ecossocialismo integra nossa concepção socialista. Ele advém das lutas contra a destruição permanentemente produzida pelo capitalismo e também da ausência ou limitação de uma dimensão ambientalista nos processos de transição socialista. Tem sua origem também na crítica ao culto ao progresso, que aniquila as indagações fundamentais de para quê, para quem, como e a qual custo esse progresso se desenrola. Afirmar como eixo estruturante de nossa práxis política a questão do ecossocialismo é estabelecer uma agenda pública e possibilidades de lutas sociais alicerçadas em novos marcos civilizatórios capazes de pôr em xeque o modelo de produção capitalista.

Mais do que buscar novos estilos de vida alternativos, objetiva-se alterar as relações de força nas formas de produzir e consumir em nossa sociedade, imprimindo, com isso, um fazer revolucionário em nossas práticas e valores partidários. Superar modelos produtivistas, ações danosas ao meio ambiente e à vida humana, fundam-se na qualidade de constituição de uma práxis sócio-política engendradora da relação do socialismo com a ecologia, que pautem nossa atuação militante na tendência, no PT, nos movimentos sociais e na gestão pública.

O ecossocialismo é, acima de tudo, um projeto consistente para a disputa de rumos na sociedade, que agrega em si mudanças no mundo do trabalho, no uso de técnicas e tecnologias inovadoras e sustentáveis, de valorização dos saberes tradicionais, de gestão democrática dos recursos naturais e do poder público. O acúmulo programático de nosso projeto socialista de tendência e partido é também o acúmulo programático de incorporação em sua práxis dos valores ecossocialistas de elaboração e concretização de um novo Estado, de outras práticas societárias e de um socialismo renovado e verdadeiramente revolucionário.

ÉTICA PÚBLICA E REPUBLICANISMO

f) A defesa da ética pública e do republicanismo expressa uma parte essencial da resposta necessária aos descaminhos recentes do partido e às práticas de corrupção generalizadas no nosso país. Essa dimensão é inseparável da concepção de democracia socialista e de uma concepção de partido que luta pela conquista do poder político não para si, mas para o exercício da democracia republicana participativa.

A defesa da ética pública não é apenas combate à corrupção, mas também compromisso com a utilização dos recursos públicos para atender demandas da população. Nossa defesa da ética pública e nossa prática do republicanismo devem marcar a ação de nossos militantes nos mandatos eletivos, quer seja nos parlamentos, quer seja nos executivos. Nosso compromisso com os valores socialistas nos remete à construção da democracia participativa e a uma gestão democrática de coisa pública, assim como nos coloca a necessidade de

combater a corrupção que grassa na sociedade burguesa e aquela que surge no interior das organizações e nas experiências que se reivindicam do socialismo.

Os movimentos socialistas não são isentos de deformações e de processos de corrupção. A integração ao Estado e à sociedade burguesa são riscos permanentes e significam perda da perspectiva socialista. Construir uma crítica no interior do nosso próprio movimento, enriquecer nosso programa com esse combate, são armas contra o liberalismo e a degeneração.

RECONSTRUÇÃO SOCIALISTA DO PT

g) A reconstrução/refundação socialista do PT, plataforma que recupera os anseios socialistas da fundação do PT: um partido de militantes e combatentes sociais pelo socialismo. E que busca atualizar essa concepção de partido à luz da crítica ao desenvolvimento organizacional do PT desde a “contra-reforma” estatutária que centralizou administrativamente o partido e que tentou dissolver o conceito de partido militante e substituí-lo pelo de “máquina” eleitoral.

O PT nasceu para ser completamente diferente dos partidos políticos tradicionais e também de partidos progressistas que preenchem nosso espectro político-eleitoral. Enquanto essas agremiações foram formadas somente para disputar e exercer o poder governamental, o PT surgiu como expressão política de um vasto conjunto de movimentos sociais, entidades de classe, correntes ideológicas para promover uma revolução social que encaminhe a sociedade brasileira a um futuro socialista.

O PT viveu uma crise de corrupção ética e programática, não apenas conjuntural e não apenas decorrente de desvios comportamentais ou de meros abusos de poder e de confiança. Decorreu de um modo de construção eleitoralista e adaptada ao Estado burguês, de afastamento das organizações de base e do mundo do trabalho. Sua superação não se dá apenas pela mudança da direção e da política, precisa revolucionar sua estrutura de poder e reencontrar seu programa socialista.

Refundar o PT significa restabelecer a ligação vital do partido com os movimentos sociais, com os sindicatos, as cooperativas e associações de trabalhadores, hoje comprometida pela insuficiente presença dos seus representantes nas instâncias de direção do partido. Refundar o PT significa devolver o poder de decisão dentro do partido aos militantes de base, que, em sua maioria, representam essas lutas. E instituir no partido um regime financeiro controlado pelos petistas e dependente, predominantemente, de suas contribuições. Além de impedir a dependência, por parte do PT, do dinheiro fornecido por interesses estranhos, quando não opostos, às aspirações dos trabalhadores em luta. Isso também significa restabelecer a vocação socialista do PT.

O GOVERNO LULA

h) A intervenção socialista na experiência do segundo mandato do governo Lula, com amplas possibilidades de superação do paradigma neoliberal, que coloca de forma histórica e inédita para a esquerda brasileira, em escala nacional e internacional, as tarefas de combinar o enfrentamento a partir de reformas sociais,

democráticas e nacionais com valores e dinâmicas na perspectiva do socialismo democrático. Concebemos esta experiência, então, como parte de um longo período de lutas democráticas pelo socialismo, na qual devem se inscrever revoluções de valores que organizam a vida social, intensificação e aprofundamento das formas de participação, auto-gestão e controle social.

MILITÂNCIA SOCIALISTA

4. Junto com a reconstrução do PT, é preciso resgatar o sentido ideológico da militância socialista hoje. Nosso país, em conjunto com a América Latina, vive um momento de nova politização popular. Vem-se formando uma consciência popular e democrática que clama por um PT socialista, democrático e de massas, renovado em suas perspectivas. Um PT que exerça o seu papel libertário e transformador não apenas no Brasil, mas que seja impulsionador de novas experiências na América Latina e no mundo. Sem dúvida, essa é uma tarefa que somente o PT pode, hoje, desempenhar.

Para que a nossa tendência contribua com esse processo, é preciso que ela própria seja um espaço de militância, de práticas coletivas e de respeito às decisões democráticas do partido e àquelas que toma para intervir nos seus debates, de elaboração política e compromisso com a prática da transformação socialista. Para que tenha coerência e força na defesa de suas propostas para o partido, é preciso que a tendência coloque em prática o que defende. Isso nem sempre é uma tarefa fácil, pois a tendência não é um corpo separado do partido – e, portanto, não é alheia aos problemas que, como um todo, este sofre – mas esse é um desafio permanente na construção combinada do partido e da tendência. A utopia socialista não se refere “apenas” à sociedade que queremos, mas também, às maneiras de lutar por ela.

Esse sentido geral da nossa militância é fundamental no atual momento de reconstrução do PT. Ele deve ser imprimido na ampliação do partido para a juventude, movimentos sociais e para amplas parcelas da população que despertam para as lutas políticas. É fundamental conquistar uma nova geração de militantes socialistas para o PT.

ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DA DEMOCRACIA SOCIALISTA

5. A tendência Democracia Socialista se estrutura em coletivos de participação e coordenação. A participação na tendência é aberta aos militantes do Partido dos Trabalhadores e implica em compromissos militantes com a construção do PT e com a construção da tendência. Esses compromissos incluem a contribuição regular com o PT e participação em uma de suas instâncias; a contribuição regular com a tendência, conforme as definições de suas Conferências Nacionais e Estaduais, e a participação em um de seus espaços de discussão e coordenação. É fundamental desenvolver uma militância voluntária coordenando ou participando de um núcleo de base do PT ou setorial.

A DS realiza Conferências Nacionais para a tomada de posições gerais, e estas elegem sua Coordenação Nacional. Nos âmbitos estadual, municipal e setorial, igualmente, desenvolve-se esse processo organizativo.

Nosso jornal, Democracia Socialista/Em Tempo, intervém nos debates partidários. A sustentação e difusão do jornal fazem parte dos compromissos militantes da tendência.

A formação socialista não decorre apenas da participação política cotidiana, depende de um esforço específico de conhecimento da nossa realidade e das reflexões sobre a luta pela sua transformação. Em conjunto com o esforço partidário, buscando contribuir com ele, a tendência também realizará processos regulares de formação, como as escolas regionais, a publicação de materiais de formação e a organização de cursos de formação de base.

A Dimensão Anti-Racista na Construção da Revolução Brasileira

*Lutar para nós é ver aquilo
que o povo quer realizado.
É ter a terra onde nascemos.
É sermos livres para trabalhar.
É ter para
nós o que criamos
Lutar para nós é um destino,
é uma ponte entre a descrença
e a certeza de um mundo novo.*

(Do povo buscamos a força, Agostinho Neto)

I. Contrariando a história oficial, a trajetória dos negros/as no Brasil foi, desde a origem, marcada por incansáveis períodos de luta e intensa participação política. A resistência negra ao regime escravocrata pode ser considerada o primeiro movimento social de destaque na história do país.

1. Ao promovermos a atualização do programa histórico do Partido dos Trabalhadores, apresentamos novas diretrizes que têm como objetivo contribuir para a pavimentação do ascenso das forças de emancipação dos trabalhadores/as e do povo brasileiro.

2. O nosso programa busca aprofundar os compromissos históricos do Partido dos Trabalhadores junto à classe trabalhadora sintetizando nossa identidade socialista e reconhecendo os limites encontrados a partir das experiências de governo na administração central do país.

3. Constituído o cenário de efervescência e tencionamentos entre movimentos sociais e governos na busca de alternativas políticas, ocorre a necessidade de síntese entre conhecimentos técnico-científicos, econômicos e sociais na disputa por espaços de poder. Uma “Revolução Democrática”. Se constituíra como orientadora para a transformação social e transição para estado de participação popular, estabelecendo o protagonismo de parcelas da população historicamente excluída do poder político.

4. A construção de um novo Estado brasileiro visa dar respostas às demandas históricas do nosso povo, aos explorados e oprimidos, reivindicando a implementação de novas bases democráticas para um projeto que avance na

superação da exploração capitalista, da opressão das mulheres, da discriminação racial e da predação da natureza.

5. Esse processo revolucionário é comprometido com os valores democráticos, emancipatórios e solidários promovendo ao centro de sua configuração programática a dimensão anti-racista presente na identidade do povo brasileiro, elemento fundamental no processo de construção de uma nova sociedade.

6. A compreensão do racismo enquanto fenômeno que oprime a população negra ganhou visibilidade política jamais vista no período republicano brasileiro, e entra efetivamente na agenda política do Estado. É cada vez maior a admissão oficial de que a realidade brasileira, além das profundas desigualdades sociais e econômicas, é profundamente marcada também pela desigualdade racial.

7. Nossa estrutura social guarda na sua complexidade os componentes econômico-social, racial, de gênero, cultural, as quais, juntas, ampliam as desigualdades, impõem opressões concretas e promovem exclusões. O racismo é uma realidade estruturante das relações que definem o acesso aos recursos, hierarquizam as relações de poder e condicionam pensamentos, idéias e instituições.

8. O racismo está enraizado no imaginário e na estrutura social, cultural e institucional de nosso país, e dessa forma deve ser compreendido. Mais que uma simples assertiva, o avanço dessa percepção é produto da luta do movimento negro que rompeu o cerco ideológico da chamada “democracia racial” brasileira. Por muito tempo, essa ideologia vigente disseminou a falsa noção da harmonia racial, turvou a consciência, manteve o Estado avesso ao drama da exclusão dos negros e serviu funcionalmente ao processo de exploração capitalista no Brasil.

9. Em quase todos os indicadores econômicos e sociais, observamos a ampliação do abismo social entre negros e brancos com relação a emprego, renda, escolaridade, acesso à justiça, poder. O drama social acomete com maior gravidade a população negra, que habita as favelas e periferias desestruturadas, torna-se presa fácil da criminalidade, assiste seus jovens serem mortos pela violência urbana e nega oportunidades de mobilidade social.

10. O Brasil cresce e se desenvolve, promove políticas sociais e afirmativas, mas a desigualdade étnico-racial se amplia. O racismo demonstra sua plasticidade, reciclando-se e demonstrando sua capacidade de seguir determinando lugares e não- lugares dos negros e negras.

II. O desenvolvimento capitalista e os negros/as no Brasil

11. A compreensão da relação histórica entre o Estado brasileiro e a população negra nos permitirá entender o caráter estruturante que o racismo organiza em nossa sociedade. Transpor para o centro do programa socialista a dimensão do anti-racismo nos remete à significativa tarefa de promover o maior processo de reparação social, político e material a que determinado segmento étnico-racial já possa ter sido submetido na história da humanidade.

12.A formação do Estado brasileiro, após a Independência, foi duramente influenciada pela dimensão patrimonialista e patriarcal herdada da metrópole portuguesa que permeou significadamente a relação entre o Estado e as classes sociais em formação. Este processo foi acrescido de uma dimensão liberal que implicou em uma dinâmica de afirmação do direito incondicionado de propriedade, utilizado inclusive para legitimar a escravidão.

13.O processo de conformação do sistema colonial foi determinante para o desenvolvimento do capitalismo, em que o comércio era o eixo organizador da relação entre a metrópole e suas colônias. A criação da institucionalidade estatal tinha por objetivo maximizar a apropriação do excedente gerado pela colônia em benefício da metrópole.

14.A adoção de mão de obra negra escravizada tinha como objetivo atender o processo de acumulação primitiva transformando homens e mulheres em meios de produção, marcando significadamente a formação do Estado brasileiro e influenciando culturalmente o processo de desvalorização do trabalho e aprofundamento da diferenciação das classes sociais existentes em nossa sociedade.

15.A constituição de um sistema produtivo escravista foi central na dinâmica de consolidação de um modelo que atendeu as necessidades de produção em larga escala de produtos geradores de alta rentabilidade aos mercados internacionais e na constituição de uma lógica de marginalização social e concentração de riqueza que são compreendidos como uma marca da sociedade brasileira.

16.Não é correta, pois, a afirmação corrente de que o liberalismo brasileiro do século XIX estava em contradição com o liberalismo dominante no mundo por ser escravocrata. A escravidão foi sempre justificada na primeira geração histórica liberal colonialista, como direito fruto do domínio, e, mesmo quando defendeu o fim da prática da escravidão a partir de meados do século XIX, as correntes dominantes do liberalismo continuaram fortemente racistas.

17.Assim, quando houve a abolição da escravidão no Brasil, como resultado das revoltas e fugas dos escravos e da campanha abolicionista em meio à crise do sistema escravocrata, os negros e não brancos não conquistaram o direito de ser um cidadão ou cidadã livres. O Partido Republicano Paulista, partido líder das coalizões liberais na Primeira República, reivindicou diante da abolição a indenização dos senhores de escravos pela perda de sua propriedade.A Primeira República no Brasil afirmava as teses racistas do branqueamento, discriminava os negros no mercado de trabalho através do incentivo à imigração europeia e mantinha-os sem quaisquer direitos políticos e sociais e submetidos a uma brutal violência.

18.Com a revolução de 1930 e a ascensão do varguismo, prevaleceram a tese e os símbolos da mestiçagem brasileira como fator positivo na constituição da Nação embora nenhum passo fundamental tenha sido dado em direção a uma verdadeira democracia racial. A maioria dos negros e não brancos, analfabetos, não tiveram direito de voto; a mulher negra continuou a ser símbolo da exploração sexual; sem direito à terra e à educação pública, continuaram a ser os mais explorados nas classes trabalhadoras da cidade e do campo; o padrão policial

repressivo do Estado brasileiro não sofreu alterações. É importante a constatação de que, apesar do surgimento de uma primeira consciência da afirmação dos direitos dos negros, os movimentos populares do pré-64 não afirmaram os direitos de reparação dos negros e negras no centro de suas reivindicações.

19.Com seu sentido anti-nacional, anti-popular, patriarcal e ecologicamente predatório, o Estado ditatorial no pós 64 aprofundou a opressão dos negros no Brasil. Mas foi neste período de resistência democrática, que vão surgir os novos movimentos negros, muito deles de nítida orientação socialista, que vão inscrever a luta contra o racismo e contra a opressão das mulheres negras nas próprias agendas em formação das classes trabalhadoras.

20.A natureza liberal na base da constituição do Estado brasileiro atual é formada pelos privilégios rentistas, mercantis, tributários, patronais e de propriedade, patriarcais e racistas, formados na ausência ou na mitigação do princípio da soberania popular, em geral avessos aos princípios republicanos mais fundamentais.

21.A luta política a ser travada consiste na acumulação de forças e coesão entre as classes populares e oprimidas, em sua maioria composta por negras e negros e dirigidas pelos trabalhadores/as, objetivando a alterar a natureza do Estado, a partir da constituição de um bloco histórico capaz de promover a mudança do caráter deste mesmo Estado a partir de novos princípios civilizatórios.

22.A superação dos princípios liberais norteadores do Estado brasileiro contemporâneo proporcionará condições objetivas para a solidificação de uma nova hegemonia com direção dos/das socialistas democráticos/as, pavimentando um período de transição ao socialismo.

III. Impactos da reestruturação produtiva neoliberal na população negra e sua superação.

23.A reestruturação econômica e política do Estado brasileiro no período em que vigorou as reformas neoliberais precarizou as condições de trabalho, aumentou o desemprego estrutural e intensificou o processo de fragmentação da classe trabalhadora, combatendo suas formas históricas de organização e lutas.

24.Este período também foi agravado pela redução do papel do Estado no atendimento às necessidades de reprodução da força de trabalho e aumento do financiamento da reprodução do capital, assim como diminuição expressiva dos investimentos em políticas sociais, transferindo mais ainda para os indivíduos, em especial as mulheres, a responsabilidade sobre os problemas sociais.

25.As reformas neoliberais e sua incidência na formação de uma nova dinâmica cultural produziram um peculiar conceito de liberdade, compreendida como a possibilidade de agir livremente no mercado, seja competindo para maximizar seus ganhos com a venda de produtos e serviços, seja fazendo escolhas relativas ao consumo.

26. Estigmatizados pela herança da escravidão e excluídos do processo salarial competitivo, negros e negras se tornaram as principais vítimas das reformas neoliberais, que intensificaram a naturalização do processo dialético de exclusão e inclusão, aprofundando o preconceito e a discriminação e reforçando o caráter ideológico do sistema punitivo regido pelo código penal brasileiro.

27. A chegada de uma coalizão dirigida pelo PT ao governo central do país significou uma mudança qualitativa na correlação de forças entre as classes sociais. A formação de um bloco democrático com forte apelo popular reorganizou uma ofensiva ao projeto neoliberal que naquele período vivenciava uma grave crise estrutural.

28. Com todas as limitações impostas pela correlação de forças adversas no plano internacional, institucional, midiático e econômico, o governo do trabalhadores/as foi capaz de construir mudanças qualitativas no Estado brasileiro, sem, no entanto alterar sua natureza liberal apoiada em uma correlação de forças favorável ainda às classes dominantes.

29. O processo político desencadeado pelas três vitórias consecutivas do PT nas eleições nacionais possibilitou derrotar democraticamente e sistematicamente o receituário neoliberal que dominava o Brasil desde o início dos anos 90 do século passado.

30. Uma vez derrotada a perspectiva neoliberal no governo central do país, o Brasil passou a perseguir outra trajetória. Dados recentes reposicionaram o país na 6ª posição do ranking entre os países de maior economia do mundo, com recuperação da importância relativa do rendimento do trabalho, apresentando nos últimos dez anos um número superior a 21 milhões de novos postos de trabalho, assim como melhoria nos padrões salariais mínimos e médios.

31. No período pós-neoliberal a importância dada ao trabalho promoveu a alteração consistente da estrutura social brasileira. A mobilidade social fruto deste processo incluiu um grande contingente de brasileiros/as à classe média, produzindo uma inédita e histórica diminuição da pobreza no país.

32. A alteração na configuração da pirâmide social, resultado das recentes conquistas do trabalho sobre o capital, aponta para o fortalecimento de uma correlação de forças no interior da sociedade posicionando novos elementos nesta disputa, visando promover a inclusão de uma significativa parcela da população brasileira que sempre esteve à margem da dinâmica de acesso aos bens básicos de civilização, com especial atenção para a população negra.

IV. A dimensão anti-racista na construção da revolução democrática

33. A construção de um programa que abarque o conjunto das transformações em curso no Estado e na sociedade brasileira, fruto das vitórias estratégicas do PT no governo federal, corresponde a um forte compromisso com a radicalização da democracia, que denominamos revolução democrática.

34. Ao constituir o bloco histórico composto por forças populares encabeçadas pela classe trabalhadora este processo visa imprimir uma derrota ao capitalismo e uma transição para o socialismo.

35. Concebemos bloco histórico como um processo de formação da vontade coletiva unificador dos trabalhadores/as e dos setores sociais aliados em torno das lutas fundamentais da classe. Um processo de unicidade de fins econômicos e políticos, com a unidade intelectual e moral que é possível com a formação de uma política de alianças.

36. A constituição do bloco ou a construção dessa vontade coletiva se dá em decorrência de um processo complexo de relações políticas que se estabelecem entre as frações das classes dominadas. Dessa maneira, a classe trabalhadora tem maiores condições potenciais de exercer a direção política.

37. Partindo desse pressuposto, compreendemos a início de um novo período no Brasil, marcado pelos esforços de construção da hegemonia dos socialistas democráticos, tendo o PT como principal representante da classe trabalhadora.

38. Ao ser fundado em 1979, o Partido dos Trabalhadores teve sua origem no novo sindicalismo, nos movimentos populares urbanos, de parte da intelectualidade nacional, a ala progressista da igreja católica como também por organizações marxistas. Assim, a construção do PT representou a ruptura com os padrões tradicionais da organização partidária no Brasil.

39. Concomitante à grande efervescência política que culminou na criação do PT, a reorganização do movimento negro brasileiro representou a retomada dos processos políticos pelos movimentos de base na sociedade, objetivando a luta contra a discriminação racial, a busca pela emancipação política, econômica e cultural dos negros/as.

40. Nesse contexto, o movimento negro e o PT emergiram como forças políticas identificadas com as classes e grupos dominados. O movimento negro preocupado em desvelar o mito da democracia racial e enfatizar a condição oprimida e explorada do negro na sociedade brasileira; o PT em promover a participação política da classe trabalhadora, apresentando-se na arena política como um veículo de expressão dos interesses dessa classe e de todos os excluídos da política.

41. Desde os anos 80 e mais efetivamente a partir dos anos 90, sindicatos e partidos são progressivamente influenciados pelo Movimento Negro, confiante na possibilidade de melhorar as condições de vida da população negra, sobretudo no mundo do trabalho e na política. Pelas ações desempenhadas e o compromisso de luta firmado, merecem destaque especial os grupos de mulheres negras que, conscientes de seu papel na história, procuraram desmascarar situações de opressão e de exclusão associadas às desigualdades de gênero e raça.

42. A militância negra contribuiu na construção do PT como uma expressão partidária de seus interesses políticos gerais e específicos; o fez em razão de identificar-se com o projeto político de um partido dos trabalhadores/as e pelo que ele representava em termos de contestação à ordem e de ruptura com a tradição política brasileira.

43. Ao propormos a atualização do programa histórico do PT, apresentamos como novidade a síntese, em uma mesma lógica programática, das dimensões antiimperialistas, classistas, populares, laicas e anti-patriarcais em um quadro mutuamente configurado pela revolução democrática. A luta por uma sexualidade livre, por sua vez, não se limita a reivindicação conjuntural organizada no combate a homofobia. O feminismo assim como o anti-racismo deixam de ser tratados à margem e são inseridos no centro do programa revolucionário.

44. A revolução democrática, a partir de sua dimensão anti-racista reconhece e reivindica os valores comunitaristas tão presentes na cultura negra e que compõem o mosaico identitário da população brasileira, assim como a riqueza advinda da contribuição dos povos africanos no processo de formação dos elementos simbólicos que constitui a nossa sociedade, como a nossa cultura, nossa língua, os costumes, o apreço pela liberdade e a coletivização das relações humanas.

45. Ocorre hoje um expressivo movimento de luta pela criação e ampliação de direitos, embasados pelas teorias democráticas do Direito, fortalecendo as pautas dos direitos humanos, dos direitos coletivos, direitos feministas e multiculturais, criando formas de articulação entre a luta dos movimentos sociais e a institucionalidade. Este processo permite a passagem de políticas de governo ou conquistas do movimento social para a dimensão do Estado, através da sua constitucionalização, possibilitando a reposição de direitos históricos de reparação no campo das relações anti-racistas e anti-patriarcais, além de estabelecer o paradigma da prioridade do interesse público no campo das relações entre capital e trabalho.

V. Políticas públicas e o combate as desigualdades raciais

46. Com a redemocratização a questão racial retoma ao debate público, a partir das discussões sobre os mecanismos por meio dos quais a discriminação racial opera na sociedade brasileira. Novas formas de discriminação são apresentadas pelos movimentos sociais e pela militância inserida na academia, sobre modalidades discriminatórias até então não sistematizadas.

47. Observou-se que a discriminação racial também pode ser resultante de mecanismos discriminatórios que operam, até certo ponto, à revelia dos indivíduos. A essa modalidade de discriminação convencionou-se chamar de racismo institucional.

48. A grande inovação que este conceito traz refere-se à separação das manifestações individuais e conscientes que marcam o racismo e a discriminação racial tal qual conhecido e combatido por lei e o racismo institucional, que atua no nível das instituições sociais. Esse último não se expressa por atos manifestos, explícitos ou declarados de discriminação, mas atua de forma difusa no funcionamento cotidiano de instituições e organizações, que operam de forma diferenciada na distribuição de serviços, benefícios e oportunidades aos diferentes grupos raciais.

49. Esses mecanismos de discriminação racial não apenas influenciam na distribuição de lugares e oportunidades. Reforçados pela própria composição racial

da pobreza, eles atuam naturalizando a desigualdade social desse país. Ou seja, o racismo, o preconceito e a discriminação operam sobre a naturalização da pobreza, ao mesmo tempo em que a pobreza opera sobre a naturalização do racismo, exercendo uma importante influência no que tange à situação dos negros/as no Brasil.

50. Na última década, no que diz respeito ao tratamento da temática racial, têm ocorrido no Brasil mudanças significativas que estão produzindo um intenso debate na sociedade em geral, e no meio acadêmico em particular, acerca da pertinência da adoção de políticas de ações afirmativas.

51. O governo Lula marca uma mudança profunda não só na condução das políticas com perspectiva racial, mas também na relação do Movimento Negro com o Estado. Até então, essa relação era fundamentalmente de exterioridade, com os atores na condição de demandantes e com pouca inserção no aparato governamental. Essa relação se transforma, e o movimento negro passa a ser um ator envolvido na formulação de políticas, ocupando cargos e como representante da sociedade civil nos espaços de controle social instituídos pelo governo federal.

52. A criação da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), nos primeiros meses de mandato do presidente Lula, sem margem de dúvida, é a principal inflexão política e institucional no tratamento da temática racial pelo Estado brasileiro na história republicana.

53. A política escravocrata sustentada pelo Estado constitui-se em umas das principais instituições brasileiras por um período superior a três séculos, deixando marcas profundas na composição étnica, política e social do país. A formulação de uma política externa brasileira para os países africanos tem entre seus elementos constitutivos o papel desempenhado pelos fatores étnico-raciais e culturais na formação da sociedade brasileira.

54. Ações de estreitamento na relação com países do continente africano sejam econômica, humanitária ou na transferência de tecnologias sociais e intercâmbio constituiu para o governo Lula e agora o governo Dilma como uma política de afirmação da relação histórica e moral entre os Estados.

55. O Brasil está passando por transformações importantes que, de certa forma, têm reformulado as agendas tanto das políticas públicas, com o objetivo de combater as desigualdades em geral, como das desigualdades raciais em particular. Tais transformações estão associadas a mudanças de caráter estrutural, assim como às formas de enfrentamento das desigualdades via políticas de inclusão social.

VI. Desafios a serem superados pela revolução democrática

56. Ainda que pesem as substanciais alterações na realidade brasileira após o ascenso dos socialistas democráticos à direção central do país, a população negra ainda se encontra em níveis alarmantes de vulnerabilidade e de invisibilidade nos espaços de poder.

57. Cerca de 50 mil brasileiros são assassinados por ano. Contudo, essa violência se distribuiu de forma desigual: as vítimas são, sobretudo, os jovens pobres e negros, do sexo masculino, entre 15 e 24 anos. O Índice de Homicídio na Adolescência (IHA) evidencia que a probabilidade de ser vítima de homicídio é mais do dobro para os negros em comparação com os brancos.

58. As mulheres negras são as que mais morrem nos partos e nos abortos mal sucedidos, realizados de maneira precária. O risco de morte de uma grávida negra cuja gestação terminou em aborto é 2,5 vezes maior do que o de grávidas brancas. Assim, as mulheres pobres e particularmente aquelas que são negras estão entre as principais prejudicadas pela ilegalidade do aborto no país

59. A mercantilização do corpo e da vida das mulheres se estrutura em diversas formas e um dos temas centrais é o da legalização profissional da prostituição. Sabemos que as mulheres negras são as que mais vivem essa realidade, já são elas as mais atingidas pela pobreza e a violência em suas várias formas de manifestação, se colocando nesta situação pela condição imposta pelo sistema capitalista e patriarcal que se apropria desse corpo e dessa vida.

60. A descriminalização e legalização da prática do aborto são eixos estruturantes no combate ao racismo e do machismo e na luta pela emancipação das mulheres negras, compreendendo que não são as negras as únicas a serem afetadas por essa problemática, contudo são as que mais padecem dos limites impostos pelo racismo.

61. A juventude negra é herdeira do processo histórico iniciado com a chegada dos africanos/as escravizados/as no país, nossa juventude é criadora de espaços de resistência e organização política com o objetivo de construir uma articulação que permita uma maior acumulação de forças e enfrentamento aos desafios postos pelo racismo e pelo capitalismo..

62. Os desafios enfrentados pela juventude negra são de diversas ordens que vão desde a falta de oportunidade seja na educação e/ou formação profissional, ocupando deste modo os mais precários postos de trabalho, assim como se tornando a maior parcela entre os desempregados de nosso país, estando também entre aqueles/as que menos acessam as políticas públicas de saúde assim como estamos sofrendo um alarmante processo de extermínio generalizado causado em grande parte pelas forças de segurança do Estado que compreende a juventude negra como criminosos em potencial.

63. Os negros continuam ganhando cerca da metade da remuneração dos brancos nas principais regiões metropolitanas do país. O desemprego atinge negros e negras de forma mais acentuada, e durante mais tempo. E o aumento relativo da escolaridade média nos últimos anos não têm alterado este quadro. Quadro que se apresenta de forma ainda mais dramática para as mulheres negras.

64. Atualmente os territórios remanescentes de quilombos estão presentes no debate sobre a questão agrária, e especificamente sobre a Reforma Agrária, e responde a um processo de luta política, substancialmente de conquistas e reivindicações do movimento negro.

65. Esses grupos apresentavam a existência de uma identidade social étnica compartilhada, como também a ocupação secular de seus territórios, de suas práticas de resistência na preservação e reprodução de seus modos de vida.

66. Ainda que pesem os direitos constitucionais a que os quilombolas detêm, estes direitos vem sendo sistematicamente atacados pelos setores conservadores de nossa sociedade a fim de promover a expulsão dos moradores e a utilização para fins de acumulação de capital destes territórios.

67. Se torna um importante desafio garantir o princípio constitucional da laicidade do Estado brasileiro, devendo a educação religiosa ficar a cargo dos templos religiosos e das famílias, de acordo com suas próprias convicções.

68. Para o aprofundamento democrático do Estado e a superação do seu caráter liberal conservador é fundamental a criação de marcos regulatórios para comunicação social que garanta a regulamentação de artigos da constituição que tratam da proibição de monopólio e oligopólio da comunicação, a liberdade de expressão, da garantia de um conteúdo de rádio e TV que contemple a diversidade étnico/racial e cultural do povo brasileiro e de um processo de concessão que garanta o caráter republicano, laico e democrático do estado brasileiro.

69. Assim como fortalecer institucionalmente o Sistema Único de Saúde (SUS), o Sistema Único de assistência Social (SUAS) promovendo o aumento orçamentário e destinando recursos específicos para ações relativas às populações negras e comunidades tradicionais.

70. A partir da crítica a exploração do modo de produção capitalista surge à perspectiva de um novo modelo que visa criar alternativas as desigualdades provocadas pelo modelo hegemônico. Seus princípios básicos são a propriedade coletiva, associada ou cooperativa dos meios de produção e o direito à liberdade individual.

71. A aplicação desses princípios une todos os que produzem numa única classe de trabalhadores/as que são possuidores/as de capital por igual em cada cooperativa ou sociedade econômica. O resultado é a solidariedade e a igualdade, cuja reprodução, no entanto, exige mecanismos estatais de redistribuição solidária da renda.

72. Apresenta-se como tarefa a ser desenvolvida pela revolução democrática o fortalecimento do etnodesenvolvimento como uma diretriz a ser plenamente incorporada no conjunto das políticas públicas do Estado brasileiro.

73. O etnodesenvolvimento se coloca em oposição ao modelo hegemônico de desenvolvimento priorizando a satisfação de necessidades básicas do maior número de pessoas; reconhece a perspectiva dos povos tradicionais com centralidade nas comunidades quilombolas e indígenas na busca da resolução de seus problemas e satisfação de suas necessidades, nessa busca, valoriza e utiliza conhecimento, tecnologia, tradição e recursos locais assim como a garantia de uma relação equilibrada com o meio ambiente.

74. O fortalecimento da participação do negro/a na política institucional aumentou a pressão sobre a estrutura do Estado, com a criação de conselhos e apoio

a entidades responsáveis pelas demandas raciais. Contudo a participação dos negros/as nos espaços institucionais públicos segue a mesma lógica observada nos demais setores da sociedade, no mercado de trabalho, no acesso à educação superior as estatísticas demonstram que ainda somos minoritários e mesmo quando ocupamos cargos de direção, não estamos livres do preconceito e do estigma da cor.

75.A população negra da América latina esta estimada em mais de 150 milhões de pessoas na qual grande maioria se concentra no Brasil, Colômbia e na Venezuela.

76.Embora a cultura Negra pautada por sua origem ética e estética presente no cotidiano civilizatório de muitos países da América Latina, levado observamos que são poucos os esforços para o reconhecimento e resgate dos processos civilizatórios destes povos como contribuição para construção contemporânea de sociedade. Evidenciando assim que todos os fatos e narrativas históricas partem do contexto de ideologias eurocêtricas que hegemonomizam o mundo e os espaços acadêmicos.

77.O 4º Congresso Nacional do Partido dos Trabalhadores aprovou uma política de paridade para mulheres na composição das direções, delegações, comissões e cargos com funções específicas de secretarias assim como também proporcionalidade para jovens e negras/os.

78.Este significativo avanço posiciona o PT como o mais democrático partido político de nosso país ao promover dentro de sua estrutura interna a implementação das demandas históricas de representação nos espaços de direção feitas pelas mulheres, jovens e os negros/as do partido.

79.Nosso grande desafio será transpor para a dinâmica de reestruturação política estes mesmos avanços a fim de garantir uma representação equânime de mulheres, jovens e negros/as nos espaços de direção política do país.

VII.Retomar o caráter revolucionário do Partido dos Trabalhadores

80. A tensão resultante das contradições entre o desenvolvimento das forças produtivas e as estratificadas relações sociais de produção organizam os elementos de ordem objetiva para o surgimento de um período revolucionário.

81.Esta compreensão nos apresenta a importante tarefa de construirmos condições subjetivas que permitam aos trabalhadores/as a transição de uma consciência econômico-corporativa para uma consciência de classe e conseqüentemente uma consciência revolucionária

82.O processo de autoconsciência histórica dos trabalhadores/as permite a criação de uma dinâmica organizativa resultante da vontade coletiva, aglutinadora das diferentes demandas e anseios da classe trabalhadora, a qual a partir de análises acerca das necessidades históricas e concretas dos trabalhadores/as, este processo

resulta na formulação do programa, da estratégia e da tática, norteadores da ação política desta organização.

83.O caráter revolucionário do partido traduz para a ação política as necessidades históricas da classe trabalhadora que se fortalece a partir de trabalhos educativo-culturais direcionados para a elevação da consciência política dos trabalhadores/as, no que diz respeito à elaboração de sua identidade de classe

84.Ao desenvolver atividades educativo-culturais de caráter formativas nas quais os/as trabalhadores/as possam ao enfrentar às contradições postas por sua inserção no mundo produtivo, elaborar uma nova concepção de mundo.

85.O trabalho de formação política promovido pelo Partido devera favorecer a discussão livre e exaustiva de todos os problemas que aflige os trabalhadores/as, de modo a contribuir para o amadurecimento das convicções necessárias à ação revolucionária.

86.Conceituamos formação política como uma ação pedagógica que desenvolvida no interior dos instrumentos de luta da classe trabalhadora se volta para o desenvolvimento de um grau de consciência para além da contingência fenomênica da realidade empírica que favorece a compreensão das determinações fundamentais da realidade social.

87.Resultado da luta de classes, o Partido dos Trabalhadores se apresenta como o principal instrumento de representação da classe trabalhadora em nosso país. Seja na cidade ou no campo, este elemento é fundamental no processo de superação do capital e das transformações social que tanto desejamos.

88.Cabe aos socialistas democráticos a tarefa de retomar e aprofundar o caráter revolucionário do partido buscando ampliar sua capacidade de politização e direção das massas mediante a ação política voltada para a formação da consciência de classe entre os trabalhadores/as. Para tanto, este processo deve vir acompanhado de uma fundamental dinâmica formativa que dialogue com o processo histórico de construção desta mesma classe trabalhadora.

89.O combate ao racismo e a luta pela promoção da igualdade racial deve vir acompanhada de uma perspectiva mais ampla da compreensão da luta social e os esforços a serem empregados na construção de uma hegemonia alternativa.

90.A busca pela superação do paradigma do racismo e pela conquista da cidadania efetiva da população negra passa pela dinâmica de organização e ampliação das articulações que objetivam no combate ao racismo à superação do sistema capitalista.

91.Como socialistas democráticos, propomos uma alternativa de civilização ao capitalismo, a ser construída democraticamente com o povo brasileiro, que esteja à altura de sua dignidade e de sua esperança, que promova a liberdade para todos, a soberania popular em regime de pluralismo, que universalize a condição plena e em igualdade dos cidadãos e das cidadãs, que seja multi-étnica, que seja solidária com todos os povos oprimidos do mundo, que saiba construir novos modos de organizar a vida social para além da mercantilização do capital, da exploração social e da predação da natureza.

Marxismo e democracia: um novo campo analítico-normativo para o século XXI

(Juarez Guimarães)

Não é difícil constatar que o debate acadêmico contemporâneo sobre a democracia ou sobre a república em geral prescinde do marxismo enquanto fundamento, sequer como interlocutor ou até mesmo como oponente crítico.

Há razões de ordem histórica e de cultura política que sustentam este fenômeno. O modo como se processou o fim dos sistemas de poder do Leste Europeu expressou uma vitória do capitalismo, seus valores e instituições. Por sua vez, o ponto de saturação do horizonte da cultura contemporânea pela visão de mundo liberal reduziu o espectro da imaginação política a uma interlocução entre correntes no interior de seus fundamentos de civilização.

Creio que há uma terceira razão, porém, de ordem teórica, que está na base deste fenômeno, interno ao próprio campo do marxismo, que diz respeito à sua congênita dificuldade de estabilizar um campo analítico-normativo coerente de crítica ao capitalismo. A crise do marxismo é historicamente bem anterior aos acontecimentos da última década e, ao invés de ser deles mera consequência, está também na própria base destes fenômenos. Assim como a URSS ruiu de dentro para fora sob a pressão do capitalismo, também as cidadelas do chamado marxismo ortodoxo (em sua sistematização mais extremada, o “marxismo-leninismo”) haviam sido cindidas e desorganizadas pela pressão da visão de mundo liberal. E foi em torno e a partir do tema da democracia, da incompatibilidade de fundamentos entre a realização das promessas emancipatórias do marxismo e a liberdade, que essa erosão do campo teórico do marxismo instituiu-se e se alastrou.

Se estamos corretos nesta avaliação, a reentrada do marxismo no debate contemporâneo sobre a democracia deve percorrer necessariamente um duplo percurso crítico, o da polêmica com o liberalismo e a reconstrução do seu campo analítico-normativo. Este esforço para reposicionar o marxismo no debate contemporâneo sobre a democracia, sempre trilhando este duplo processo crítico e auto-crítico, passa a nosso ver por três desafios :

- superar a interdição liberal que pesa sobre o marxismo acerca da incompatibilidade de fundamentos com a democracia, isto é, demonstrar a possibilidade de convivência entre marxismo e democracia ;

- demonstrar a centralidade do marxismo para refundar um campo analítico-normativo do marxismo que projete a superação dos impasses contemporâneos da democracia ;

- inverter, em consequência, a afirmação de Norberto Bobbio de que há uma relação de necessidade entre liberalismo e democracia, demonstrando os fundamentos de dominação que presidem esta visão de mundo.

Marxismo crítico e reinvenção do socialismo

Se são várias as visões de mundo anti-capitalistas (conservadorismo de fundo romântico, milenarismos e ideações utópicas, o anarquismo), são também múltiplas as fontes da tradição socialista (o associativismo das guildas, o marxismo, o comunitarismo cristão e até mesmo os chamados “socialismos liberais” ou liberalsocialismos, que vão desde o último John Stuart Mill até certas correntes do pensamento italiano no século XX).

Mas é certo que foi em torno da tradição marxista que se organizaram as correntes anti-capitalistas e socialistas de maior continuidade, influência e impacto nos dois últimos séculos. Não por acaso mas por três razões fundamentais : na origem do marxismo estavam três complexos culturais ricamente configurados na aurora da modernidade capitalista (o idealismo alemão, a economia política inglesa e os jovens movimentos socialistas) ; seu campo analítico mostrou-se particularmente fértil e heurísticamente produtivo e, além disso, sua organicidade ao moderno movimento operário europeu forneceu-lhe um caminho de expansão internacional.

Mas já aprendemos também que a cultura do marxismo foi desde sempre plural. A própria noção de marxismo ocidental contraposta à noção de marxismo russo é insuficiente para captar este pluralismo. Andrew Arato já localizava na cultura marxista da II Internacional pelo menos cinco diferentes e alternativas fundamentações filosóficas do marxismo.(1) De novo qui, porém, é possível afirmar que foi a tradição do marxismo russo a que exerceu uma condição quase estruturante do marxismo na maior parte do século XX, não apenas em relação a seu corpo dogmático (o chamado marxismo-leninismo) mas também em relação à sua crise (as várias vertentes do trotskismo, o euro-comunismo, o althusserianismo, o maoísmo foram também configurados em relação a suas problemáticas e impasses).

O que parece ter se esgotado na última década de noventa não foi o marxismo mas a perspectiva de compreender os seus dilemas a partir de uma ótica russa, isto é, a partir de outubro de 1917 e seus desdobramentos históricos e culturais. Mais precisamente, a cultura terceiro internacionalista em seu pluralismo interpretativo. Não se trata de arquivar outubro, esconjurar o demônio bolchevique, dar razão em última instância a Kautsky ou Bernstein. O que equivaleria a interpretar um momento crucial do impasse do marxismo a partir de um outro momento decisivo de sua crise, as variantes reformistas da II Internacional. Mas ler a própria grandeza e tragédia de 1917, suas conquistas e fracassos, a partir de um ponto de vista marxista mais clássico e universalista.

O marxismo passa hoje por um processo de renovação e classicização fundamental para os destinos do socialismo no século XXI. Um retorno a Marx diverso daquele dos anos da desestalinização, menos dogmático e tensionado para descobrir exegeticamente a verdadeira leitura ou a filosofia em ato na obra de Marx. Trata-se de um “marxismo crítico”, na boa expressão de Michael Löwy.(2)

Se a década de noventa foi marcada pelas respostas à crise do neoliberalismo ainda no campo do horizonte liberal (as chamadas terceiras-vias), o que se trata hoje é de começar a configurar os fundamentos de alternativas ao

neoliberalismo a partir de valores, dinâmicas e perspectivas de um socialismo democrático renovado.

A seguir, apresentaremos três teses desta renovação do marxismo, relacionadas a temas-chaves para a renovação de um projeto socialista neste século. São elas : marxismo e o princípio da liberdade, marxismo e princípio da soberania popular ou republicanismo e marxismo e princípio de civilização.

Marxismo e princípio da liberdade

Após pouco mais de um século e meio de sua história, a cultura do marxismo ainda não estabilizou teoricamente uma resposta convincente e adequada ao princípio da liberdade, chave para se pensar o futuro do socialismo. Foi em torno dos limites, inconsistências ou mesmo problematidade das respostas marxistas a este princípio que o liberalismo centrou a sua crítica.

O princípio da auto-determinação está posto no centro da síntese de Marx.(3). Não deveríamos desvalorizar esta conquista ético-política, ato de verdadeira fundação do socialismo moderno, atualização do princípio rousseauniano da autonomia no solo da modernidade capitalista. Aí está a distância maior entre Marx e Hegel e não na oposição materialismo/ idealismo, como muito bem observou Lenin em seus Cadernos Filosóficos. E, ao mesmo tempo, está aí o ponto estruturante da delimitação do marxismo frente à insuficiência histórica inarredável do conceito liberal de liberdade, preso ainda à condição heterônoma do Estado e do mercado.

Mas a questão é : a obra teórica de Marx contém um desenvolvimento teórico adequado, conceitualmente coerente deste princípio da auto-determinação ? Pensamos que não já que ela não supera as tensões deterministas na sua visão da história, seja através de uma filosofia da história, de uma teoria da história ou de uma ciência da história.

A inteligência da grande crítica liberal ao marxismo foi de fixar a leitura da obra de Marx como sendo coerentemente determinista e, a partir daí, erigir metódica e logicamente a sua incompatibilidade com a noção de democracia. Como a cultura do marxismo foi, desde as suas origens, predominantemente determinista, os próprios marxistas pareciam dar razão à crítica liberal.

Como os liberais formularam, a partir do determinismo, a incompatibilidade entre marxismo e democracia ? Estudando a crítica de Benedetto Croce, Max Weber, Karl Popper e Norberto Bobbio, de diferentes épocas e densidades teóricas, elaboramos esta incompatibilidade a partir de três impasses : da antinomia, do carecimento e da inversão.(4)

Da antinomia : se o destino da sociedade está fixado a priori, então os homens não podem livre e coletivamente escolher o seu futuro e a própria noção de democracia perde o seu sentido.

Do carecimento : a pretensa cientificidade da previsão do futuro social pelo marxismo neutraliza a dimensão ético-moral, encerrando os marxistas em uma cega ética das convicções. Assim, estas visões deterministas acabaram por reduzir o princípio da liberdade no marxismo a uma adesão às leis imanentes do mundo, a consciência reduzida à ciência, o ato ético-moral da escolha amesquinhado à opção pelo que seria, afinal, vitorioso. É significativo que um filósofo do porte de Plekhanov tenha chegado a definir o marxista como uma espécie de anti-Hamlet, um ser que age movido incólume ao esclarecimento que só a dúvida permite.(5) Por sua vez, o economicismo que expressa o determinismo, anula ou reduz o campo e a dignidade da política. O esvaziamento ou empobrecimento da reflexão política teria feito com que a teoria marxista nunca tivesse sido capaz de pensar plenamente o Estado, omitindo-se quando a respostas mais elaboradas dirigidas a conter o potencial opressivo da concentração do poder político. Além disso, a pretensão de cientificização da política introduz um viés necessariamente anti-pluralista, já que a uma posição científica, opor-se-iam as demais, vistas como falsas ou não verdadeiras ou simplesmente anti-científicas.

Da inversão : o futuro estando determinado, valeriam para alcançá-lo todos os meios, mesmos os que contradissem provisoriamente os valores humanistas. O caminho estaria aberto para o percurso que vai de uma visão instrumental dos valores ao anti-humanismo. Professando um ideal finalista da história, coletivista, organicista, o marxismo teria se fechado ao desenvolvimento de uma concepção moderna de individualidade e, no limite, à própria valorização dos direitos humanos. Ali onde toda teoria da emancipação humana deveria expandir-se , agigantar-se, fecundar-se, refinar-se - o terreno da formação da autonomia individual vinculada a valores emancipatórios - o marxismo em suas formas dominantes apequenou-se, aprisionou-se, esterilizou-se, embruteceu-se.

O caminho para desmontar a interdição liberal é questionar a leitura liberal da obra de Marx como sendo coerentemente determinista. Este questionamento só pode ganhar credibilidade se se reconhecessem na trajetória intelectual de Marx, variando de fontes e dimensões, a existência nunca de todo superada, de tensões deterministas.(6) Estas tensões resultaram, em grande medida, do diálogo crítico de Marx com os grandes complexos científicos culturais de seu tempo : a filosofia alemã, a economia política inglesa, o materialismo francês - marcados pela visão determinista da história.(7) A dimensão crítica do diálogo de Marx com estas fontes protege, no entanto, seu campo teórico de uma coerente e rematada visão determinista da história.(8) Por outro lado, faz conviver em seu campo analítico-normativo - nunca plenamente desenvolvido do ponto de vista conceitual - uma visão praxiológica da história, de que os homens constroem coletivamente a história, embora profundamente condicionados por sua cultura, sua posição de classe, pelo nível de desenvolvimento das forças produtivas.

O desenvolvimento conceitual pleno de uma visão praxiológica da história permitiria tornar possível e compatível a relação entre marxismo e democracia, superando os três impasses antes referidos. Mas foi apenas com a rede de conceitos elaborados por Antonio Gramsci nos Cadernos do Cárcere, setenta anos após a edição do primeiro volume de "O Capital", que o campo teórico do marxismo conseguiu romper com o determinismo histórico e desenvolver , em um novo patamar, os fundamentos do que chamamos uma concepção praxiológica da história.

Em uma das passagens mais líricas e dramáticas dos Cadernos, Gramsci fazendo alusão à Poesia e Verdade, de Goethe, relembra a figura de Prometeu que, separado dos deuses e contando apenas com suas próprias forças, povoou um mundo.(9) A imagem lembra a solidão - esta separação radical dos dogmas e certezas - da reflexão de Gramsci no cárcere.

O campo teórico do marxismo reconstruído por Gramsci tem em seu centro o conceito de hegemonia, que nucleia uma cadeia coerente de outros como as noções de bloco histórico, de “revolução passiva”, de crise orgânica, de intelectual orgânico e de vontade coletiva os quais, como critérios de interpretação histórica, fornecem instrumentos analíticos macros de compreensão da dinâmica das sociedades a partir da práxis coletiva dos atores sociais.(10) O fato da reflexão de Gramsci não estar sistematizada formalmente, compondo-se de uma teia de pensamentos formulados em claro estágio formativo e em regime de tensão criativa, deveria proteger aqueles que se apoiam em suas reflexões da tentação de erigir um gramscianismo como ponto de chegada, dogmatizar a obra de Gramsci.

O desenvolvimento conceitual de uma visão praxiológica da história permitiria tornar possível e compatível a relação entre marxismo e democracia, superando os três impasses antes referidos. Em primeiro lugar, a noção de história aberta com base no resultado nunca plenamente previsível (embora não indeterminado plenamente ou puramente casuístico) do choque das vontades coletivas organizadas nas sociedades. Assim, é exatamente a dimensão da política que é a chave de uma concepção de mudança histórica, tornando possível a retomada de um rico diálogo do marxismo com as várias tradições da filosofia política.

Em segundo lugar, a descientificização da auto-compreensão do marxismo e a sua concepção como uma teoria ou visão totalizante do mundo social que pretende construir um novo campo civilizatório, a partir da crítica do liberalismo e da civilização do capital. Em suma, a sua compreensão como filosofia da práxis transformadora, como sinteticamente propôs Gramsci, retoma a dimensão do seu significado ético-político como humanismo radical e, ao mesmo tempo, o liberta de um viés anti-pluralista, auto-referenciado na cultura, auto-proclamatório no programa e auto-suficiente no exercício do poder.

E, por fim, se o futuro não é fixado a priori, o caminho da emancipação e não simplesmente a meta, torna-se fundamental. Passar a ser estritamente necessária uma relação dialeticamente configuradora entre fins e meios, entre o caminho e o objetivo socialista, entre indivíduo e sociedade .

Chegamos assim à primeira tese : desenvolver um marxismo dotado de uma visão praxiológica da história, conceitualmente consistente, é pois fundamental. É condição para recuperar uma dialética entre a liberdade individual e coletiva, uma dinâmica emancipadora entre meios e fins, entre valores e racionalidades anti-capitalistas.

Esta visão praxiológica permitiria desenvolver plenamente o valor da **autonomia** como fundamento da liberdade individual no campo do marxismo. É interessante como a noção de autonomia, de origem na matriz rousseaniana, repõe a noção de liberdade para além do dilema entre “liberdade positiva” e “liberdade negativa”, como formulado por Isaiah Berlin. E refaz uma lógica mutuamente configuradora entre liberdade e igualdade, já que a dominação econômica tanto quanto a opressão política pode ser fonte da heteronímia. Assim, é evidente que se o capital é, nos seus próprios termos, uma relação de dominação, um conceito pleno de autonomia individual é potencialmente anti-capitalista.(11)

O tema da autonomia permitiria acolher com centralidade três temas da fronteira do século XXI. O primeiro deles, a atualização do questionamento ao próprio princípio do capital, isto é, da apropriação privada para fins de lucro dos ganhos permitidos pela ciência e a sua destinação ao aumento do tempo socialmente livre do trabalho necessário, como condição para a superação dos limites da divisão de trabalho. Em segundo lugar, a cultura do direito à diferença e os seus temas derivados - o pluralismo de valores de civilização, estético e cultural, a liberdade de opção sexual, a resistência aos padrões agressivamente normatizadores da personalidade. Enfim, a participação cidadã nos destinos da comunidade como princípio político estruturante. Isto nos leva à segunda tese, a da relação entre marxismo e republicanismo.

Marxismo e princípio da soberania popular

Foi na experiência da revolução russa que se cristalizou, no plano histórico e teórico, a cisão entre o princípio da ditadura do proletariado e o princípio da soberania popular. Na crítica aguda de Rosa de Luxemburgo à dissolução da Assembléia Constituinte (e à não convocação de uma outra) foi traduzida pela direção bolchevique não como um limite da revolução (a não adesão das maiorias) mas como uma virtude. Em Lenin, esta cisão se apresenta como a crítica da democracia burguesa através da oposição inconciliável entre democracia direta e representativa e na defesa da legitimidade da restrição ao direito de voto dos burgueses, que ele concebia explicitamente como necessidade advinda da particularidade russa. Em Stalin, a tensão substitucionista de Lenin já se cristalizou em torno à teoria do partido único, amalgamado ao Estado. Em Trotsky, em “A revolução traída”, a democracia operária concebida como pluripartidária é formulada de modo insuficiente como antídoto à burocratização.

O conceito de ditadura do proletariado, embora com oscilações de sentido, Estado-comuna ou Estado centralizado da transição ao socialismo, está, no entanto, em Marx.(12) O princípio da legitimidade deste Estado de transição está ancorado na noção da universalidade do proletariado, classe definida imanentemente como revolucionária porque interessada objetivamente no comunismo. Mas em Marx, na experiência da Comuna parisiense a contradição entre o poder revolucionário e o princípio da soberania popular não está aflorado já que a Comuna foi eleita por sufrágio universal. Essa contradição aflorou “externamente” à

experiência no cerco à cidade revolucionária, com a ausência do apoio das maiorias camponesas.(13)

Mas como Marx elaborou a noção do proletariado como classe universal ? Esta noção foi elaborada nos anos quarenta, em particular no seu diálogo crítico com Hegel, na passagem do seu rousseanismo de origem, pensado do alto da filosofia alemã, para o comunismo. A importância deste diálogo crítico para o futuro da obra de Marx desmente as leituras que pretendem isolar o Marx “maduro” do “jovem” Marx, uma fase ideológica de uma outra científica ou simplesmente “marxista” e “pré-marxista”. Trata-se claramente de um momento genético de síntese, de delimitação e de constituição de uma primeira identidade, do lançamento de uma perspectiva e de uma problemática que, se estão ainda longe de encontrar uma maturação conceitual, nunca serão negadas no itinerário intelectual de Marx.

No centro das reflexões de Marx em “Para a crítica da Filosofia do Direito de Hegel”(1843) e “Para a crítica da Filosofia do Direito de Hegel-Introdução(1844) estão as relações entre a política e o econômico-social ou, na linguagem da filosofia política, entre Estado e sociedade civil. A doutrina liberal formulou conceitual e programaticamente a noção da separação entre Estado e sociedade civil, definindo a própria noção de liberdade a partir da autonomia desta última, de sua prioridade ontológica frente ao Estado, de suas prerrogativas, limites e controle do poder do estado. Assim, a noção de liberdade ganhou um sentido negativo, como sendo o espaço livre de constrangimento do indivíduo face ao poder estatal. Historicamente, a crítica marxista à doutrina liberal incidiu centralmente sobre o limite, o formalismo, a incompletude da dimensão política (estatal) da liberdade, repondo o sentido social da emancipação, a dimensão da igualdade social como fundamento da verdadeira liberdade, maximizando a noção não do limite mas do controle ou absorção do poder do Estado pela sociedade emancipada ou autogovernada.

Ora, a nosso ver, o grande problema desta crítica marxista à doutrina liberal está não propriamente nos seus termos de crítica já que é possível demonstrar com evidência mais que suficiente que o domínio do capital impõe severos limites à liberdade e à igualdade dos cidadãos no capitalismo. A sua falha está em não fazer a crítica de raiz do fundamento da visão liberal de sociedade, que trabalha analítico-normativamente com a noção de separação entre Estado e sociedade civil. A origem deste erro remonta aos próprios anos de nascimento do marxismo, da crítica de Marx à filosofia hegeliana do Estado que coincide com a sua delimitação original em relação ao liberalismo.

Para termos uma visão da inadequação ou desequilíbrio conceitual do campo analítico-normativo que Marx elabora neste período decisivo - e que se projetaria duradouramente na sua obra - é preciso repor os três pólos do debate, isto é, a tradição liberal (traduzida aqui na teoria lockeana jusnaturalista e contratualista), Hegel e Marx.

Em Locke, o momento ético-político da fundação do Estado, criticamente aos motivos teológicos do absolutismo monárquico e alternativamente à racionalização hobbesiana, é recomposto em um argumento que parte dos direitos naturais e vê a passagem da sociedade natural para a sociedade civil através de dois pactos, o de associação e o de submissão. No argumento de Locke, a sociedade

precede o Estado (inclusive com a existência da propriedade e do dinheiro) e contra ele, estipula-lhe os limites e delimita as suas prerrogativas. No século XVIII, a economia política inglesa confere um estatuto de cientificidade à separação entre Estado e sociedade civil, teorizando o automatismo do funcionamento do mercado que estrutura a sociedade civil. No século XIX, o utilitarismo atualiza a filosofia liberal frente ao descrédito do jusnaturalismo sem, no entanto, rever a sua concepção da relação entre Estado e sociedade civil.

Hegel em “Fundamentos da Filosofia do Direito”(1821) culmina um desenvolvimento teórico que tem início em “Sobre as maneiras científicas de tratar o direito natural”(1802) no qual faz a crítica de Grotius a Rousseau (empiristas) e Kant e Fichte (formalistas). Hegel critica o método e estrutura do jusnaturalismo, no qual vê as incosistências do princípio atomístico, da determinação arbitrária da natureza humana e a unidade externa entre Estado da natureza e Estado de Direito. Na ausência do princípio da eticidade, haveria uma “unidade formal que passa sobre a multiplicidade e não a penetra”. Em “Fundamentos da Filosofia do Direito”, Hegel consolida a sua evolução de um organicismo de origem, que vê unidade entre Estado e natureza para uma concepção que acolhe a liberdade da vontade.(14)

Em síntese, em Hegel o momento ético-político é pensado especulativa e metafisicamente através de uma razão que realiza a síntese entre a liberdade objetiva e a liberdade subjetiva, denunciando a capacidade do mero contrato para estruturar a sociabilidade. Em seus sistema, a eticidade penetra os diversos momentos, o da unidade irreflexiva (família), o de um semi-desenvolvimento (na sociedade civil, composta pelo sistema de necessidades, pelo sistema de lei e de justiça, pela polícia e corporações) e um desenvolvimento pleno no Estado (Constituição, Coroa, burocracia, o legilstivo). Por essa via, Hegel nega tanto o automatismo do mercado quanto a prioridade ontológica da sociedade em relação ao Estado, enfatizando a unidade entre Estado, família e sociedade civil a partir da eticidade.

Em Marx, convergem a crítica do caráter especulativo do momento ético-político, a crítica à inconsistência, de fundo teológico, da defesa hegeliana da monarquia constitucional e a crítica ao modo como Hegel formula a reconciliação dos interesses conflitantes da sociedade civil na eticidade estatal enquanto um universal. Mas qual a relação entre Estado e sociedade civil que resulta desta tripla crítica de Marx ao sistema hegeliano ? Em síntese, a eticidade se objetiva em um primeiro momento (1843) na figura do dêmos total e, depois (1844), no proletariado. A sociedade civil, a partir do método feuerbachiano da inversão ou método transformativo precede ontologicamente ao Estado. (15) Enfim, a emancipação social leva à superação do Estado político, a superação da cisão entre o burguês e o cidadão, entre Estado e sociedade civil.(16)

Qual seria, em síntese, os problemas do campo analítico-normativo resultante da crítica de Marx a Hegel ? Em primeiro lugar, a desvalorização ou negação do princípio ético-político como momento chave de fundação e de solda do Estado e da sociedade civil. Em segundo lugar, o estabelecimento de uma prioridade ontológica da sociedade civil diante do Estado, que na cultura do marxismo, fixar-se-ia no dualismo base-superestrutura. Por fim, a determinação empírica de uma nova eticidade no proletariado, que ganha assim uma projeção metafisicamente revolucionária na história.

Uma crítica à concepção hegeliana do Estado que não perdesse as suas conquistas metodológicas na crítica ao liberalismo, deveria trabalhar com o conceito de Estado integral. E, aqui estamos seguindo as pistas de Gramsci nos “Cadernos do Cárcere”, desenvolvendo o seu campo analítico-normativo :

- um campo ético-político hegemônico, historicamente configurado por vontades políticas socialmente organizadas através de uma rede de intelectuais orgânicos ;

- instituições estatais organizadas a partir do ponto de vista de uma eticidade política hegemônica (Estado, no sentido estrito de máquina governativa e repressiva);

- instituições privadas, organizadas de acordo com a eticidade política hegemônica, configurando a sociedade civil, a qual inclui o mercado ou a sua “anatomia”, como afirma Marx.

O Estado seria, então, a unidade contraditória entre Estado (no sentido estrito) e sociedade civil, historicamente configurados. Ressalte-se que neste campo analítico-normativo a dimensão internacional deve ser incorporada como momento fundante já que a eticidade de qualquer Estado nacional participa ou se relaciona com a eticidade configurada mundialmente, todo Estado participa de um sistema de Estados e o mercado de cada país relaciona-se com o sistema capitalista mundial.(17)

Com esta concepção de Estado, seria possível requalificar a crítica do marxismo ao liberalismo e a sua própria concepção das relações entre democracia e socialismo.

Ao invés de opor a dimensão social da emancipação ao caráter meramente político da liberdade na doutrina liberal, tratar-se-ia de opor à eticidade política liberal um outro campo ético-político que requalificasse a própria natureza das instituições estatais e privadas que organizam a vida social. Este campo ético-político teria assim uma componente de reestruturação das instituições estatais de modo a favorecer a socialização do poder ao invés do elitismo congênito ao liberalismo e de organizar a vida social a partir de uma expansão inaudita da esfera pública e dos direitos em detrimento da lógica particularista do capital. Estas duas dimensões seriam pensadas como necessariamente configuradas, isto é, não pode haver superação do particularismo mercantil sem socialização do poder e este pressupõe, por sua vez, uma lógica de publicização da dinâmica econômica . Elas conformariam, por sua vez, um contexto de potencialização máxima ao pleno da desenvolvimento da individuação em um novo campo de civilização.

Chegamos, enfim, à segunda tese : a universalidade contraposta ao particularismo do capital não pode ser pensada a partir de uma dimensão imanente ao proletariado. Esta universalidade só pode ser pensada no plano ético-político, projetual, programático no sentido amplo do termo. Este universalismo

projetual só pode alcançar legitimidade se elaborado a partir do critério da soberania popular, das maiorias ativamente políticas no seio de um pluralismo irrestrito, já que não há apenas um projeto de socialismo nem se quer a ciência expulsando a opinião e a ética da política. Isto significa retornar o marxismo ao solo do republicanismo, levando para este toda a potência crítica do seu anti-capitalismo

Que o proletariado, por se definir pela própria contradição com o capital, seja a classe potencialmente mais em condições de vir a desenvolver projetos alternativos ao capitalismo não faz dele necessariamente uma classe universal nem revolucionária. Não pode haver aqui nenhum determinismo sociológico, automático ou mesmo mediado.

Significa isto render o marxismo às “regras do jogo”, como quer Bobbio, retirar dele qualquer veleidade revolucionária ? Não porque republicanismo não é liberalismo, este na maior parte de sua história rejeitou o princípio da soberania popular e quando teve que o absorver, o fez através das teorias do chamado elitismo democrático. Significa apenas que o caminho para a construção de um novo Estado deve incorporar desde já o princípio legitimador das maiorias ativas.

Este princípio legitimador das maiorias ativas, em regime de pluralismo e de liberdades, poderia alavancar uma nova fase histórica de ofensiva contra os direitos do capital. O estabelecimento dos direitos sociais deu-se historicamente sob a dinâmica macropolítica e macroeconômica do Estado do Bem Estar Social. O grande limite destas lutas foi sempre o direito de propriedade e o controle pelo capital da ciência, que lhe permitiu acomodar as tensões distributivistas do capitalismo com o crescimento da mais valia relativa. Trata-se no século atual de , a partir de um setor público democraticamente gerido e socialmente controlado, expandir os direitos da maioria sobre o capital, incidindo inclusive centralmente sobre o eixo que vai do controle da ciência à apropriação social das inovações , regulando e tributando os fluxos do capital financeiro, estabelecendo novos marcos redistributivos e expandindo a cobertura dos direitos.(18)

Marxismo e princípio de civilização

Marx deve, em grande medida, a perenização da sua obra ao fato de ter revelado o princípio da valorização do capital e da mercantilização da vida como estruturante da civilização capitalista. Há, neste sentido, no centro de sua obra uma crítica à civilização do capital e a indicação de um outro tipo de civilização universalista em que a sociabilidade humana fosse estruturada pela não dominação e pelo tempo livre. Os limites da sua visão alternativa de civilização eram de época, configurados pelo etnocentrismo, pela ausência de uma cultura feminista, ecológica , por um pensamento ainda conservador no plano da sexualidade.

Ao se territorializar em sociedades onde o capitalismo não havia se desenvolvido - URSS, China, Cuba etc - o marxismo viu questionada a sua

capacidade de pensar em civilizações para além do capitalismo. Em particular, o marxismo foi rebaixado à condição de propositor de um outro modo de produção no qual a estatização e o plano central substituiriam a anarquia do mercado. O produtivismo, a confiança sem reservas no progresso das forças produtivas, uma certa apologética do trabalho fizeram, então, escola no marxismo.

Foi principalmente na Teoria Crítica, nos autores da chamada Escola de Frankfurt que o marxismo como crítica da civilização do capitalismo emergiu e se desenvolveu, não sem desequilíbrios valorativos e de diagnóstico. Mas foi ali que o marxismo fecundou-se com a teoria freudiana, realentou a crítica à mercantilização do mundo e ao produtivismo, elaborou as primeiras críticas à cultura de massas, fez a crítica à cultura do progresso e ao que havia de riscos no projeto iluminista de dominação da natureza, e abriu-se, através de Marcuse, às culturas libertárias de 1968.

Chegamos, enfim, à terceira tese : hoje, frente às realidades da chamada globalização ou mundialização do capital, a crítica de Marx à mercantilização do mundo e da vida ganha toda a atualidade. Esta crítica aliada ao princípio do multiculturalismo, do respeito às diferenças de cultura, religião e modos de vida, pode assentar as bases de um novo internacionalismo socialista. Este internacionalismo, assim como se passou do princípio da ditadura do proletariado ao princípio da soberania popular, do reino do privatismo mercantil à esfera pública, deve acolher o anti-imperialismo em uma vocação verdadeiramente universalista.

Em síntese, um marxismo que desenvolva o princípio da autonomia , do republicanismo e do universalismo antimercantil mutuamente configurados, pode vir a ser o campo estruturador de um relançamento da tradição socialista democrático, por sua própria identidade, pluralista para o século XXI.

Notas:

1) Arato, Andrew. "A antinomia do marxismo clássico : marxismo e filosofia" em "História do marxismo", volume 4, org. por Eric Hobsbawm, p. 85, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984. De acordo com o autor, o campo antinomicamente estruturado da relação marxismo e filosofia "se estende desde uma filosofia da história(ou mesmo uma ontologia) determinista, ligada tanto ao materialismo quanto ao pensamento político clássico do século XVIII, e uma mais recente , mais cética e metodológica devoção à "ciência", ligada ao "neopositivismo", até duas variedades de neokantismo, baseadas respectivamente no primado do prático e do teórico, e até uma posição oscilante entre o historicismo das Geisteswissenschaften e o irracionalismo da Lebensphilosophie."

2) Entre as obras mais recentes, que poderiam se encaixar nesta designação de “marxismo crítico”, encontramos os livros de Daniel Bensaid (“Marx l’impeccable. Grandeurs e misères d’une aventure critique (XIX et XX siècles)”, Paris, Fayard, 1995; Daniel Brudney, “Marx’s attempt to leave philosophy”, Cambridge, Harvard University Press, 1998; Antoine Artous, “Marx, l’état et la politique”, Paris, Éditions Silepse, 1999; Henri Maler, “Congedier l’utopie. L’utopie selon Karl Marx. “, Paris, Éditions L’Harmattan, 1994; Michel Vadée, “Marx, penseur du possible “, Paris, Meritiens Linck-Sieic, 1992; Michael Levin, “Marx, Engels and liberal democracy”, New York, Saint Martin’s Press, 1989; Abensour, Miguel, “A democracia contra o Estado. Marx e o momento maquiaveliano”, Belo Horizonte, Editora da UFMG, 1998.

3) Este é o grande valor da tese doutoral de Michael Lowy, “La teoría de la revolución en el joven Marx”, Mexico, Siglo veintiuno editores, 1972.

4) Ver o capítulo I, “O ardil do dogma: a crítica liberal”, em Guimarães, Juarez, “Democracia e marxismo: crítica à razão liberal”, São Paulo, Xamã, 1999.

5) “Não há nada de surpreendente nisto : quando dizemos que há um determinado indivíduo considera a sua atividade como um escalão necessário na cadeia dos acontecimentos necessários, afirmamos, entre outras coisas, que a falta de livre-arbítrio equivale para ele à *total incapacidade de permanecer inativo* e que essa falta de livre-arbítrio se reflete na sua consciência como forma da *impossibilidade de atuar de um modo diferente daquele como atua*. É precisamente o estado psicológico que pode exprimir-se através da célebre frase de Lutero ; “Her stehe ich, ich kann nicht anders” (“Este é o meu conceito e outro não posso ter”). e graças ao qual os homens revelam a energia mais indomável e realizam as façanhas mais prodigiosas. Hamlet desconhecia este estado de espírito : por isso, somente foi capaz de se lamentar e de mergulhar na meditação. E, por isso mesmo, Hamlet nunca poderia admitir uma filosofia segundo a qual a liberdade não é mais que a necessidade feita consciência. Fichte dizia com razão: “Tal como o homem é, assim é a sua filosofia”. Plekhanov George, “O papel do indivíduo na História”, Lisboa, Edições Antídoto, 1977, p. 13.

6) Há um deslocamento da problemática do determinismo ao longo da evolução do pensamento de Marx, sendo incorreto, portanto, generalizar a partir da ênfase exclusiva em um dado momento da obra. É possível delimitar - sem dar a esta periodização um caráter rígido, inconsistente com uma reflexão que se enriquece por sínteses sucessivas - três momentos : um primeiro até 1844, marcado ainda por uma nítida filosofia da história de inspiração hegeliana ; um segundo, de 1844 até 1857, caracterizado pela ênfase no caráter praxiológico da história , mas não desembaraçado plenamente de visões deterministas ; um terceiro período, enfim, de 1857 até a elaboração de “O capital”, caracterizado por tensões fortemente deterministas, marcadas pelo seu diálogo crítico com a economia política.

7) É interessante neste aspecto, como o liberal mais avançado do século XIX, John Stuart Mill, procura compatibilizar a sua noção de liberdade com uma concepção da história tipicamente evolucionista , influenciado diretamente por Auguste Comte. Ver “Elucidações da Ciência da História”, de John Stuart Mill, in Gardiner, Patrick, “Teorias da história”, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian 1995.

8) Em relação ao seu diálogo com Hegel, embora mantenha a busca de uma racionalidade imanente da mudança história, Marx critica a sua hipostasia ,

afirmando que os homens fazem a história mas em condições determinadas. A crítica ao sentido especulativo das formulações hegelianas implica em uma incorporação densa dos elementos históricos, em particular em sua dimensão socioeconômica. Além disso, Marx incorpora centralmente em sua teoria a idéia da auto-emancipação. No que diz respeito à economia política inglesa, Marx historiciza e critica a naturalização das categorizações típicas do capitalismo, elabora a objetivação mercantil através do conceito de fetichismo da mercadoria e supera a noção de uma ordem econômica que tende ao equilíbrio. No que tange ao materialismo tradicional, Marx critica a ausência de um princípio ativo e através da noção de práxis procura superar o dualismo materialismo / idealismo.

9) Gramsci, Antonio. Quaderni del carcere (Edizione critica dell Istituto Gramsci. A cura de Valentino Gerratama). Turim, Giulio einaudi Editore, 1975. Caderno 8, parágrafo 214, p. 1.073.

10) São exatamente estes conceitos capazes de absorver a lógica da ação coletiva que faltam à sociologia weberiana, que admite apenas a ação individual como dotada de sentido. Esta lacuna conceitual certamente está relacionada às perspectivas quase fatalistas de Weber sobre o desenvolvimento das tendências burocráticas na sociedade moderna bem como à sua descrença em relação a uma democracia que vá além de um elitismo competitivo entre líderes.

11) É interessante, neste sentido, que um liberal como Robert Dahl que toma a sério a democracia como superação das formas de tutela sobre o indivíduo formule uma noção de democracia econômica, na qual os trabalhadores de uma empresa deveriam ter o direito de eleger a sua direção (ver especialmente o capítulo “O direito à democracia dentro das empresas” em “Um prefácio à democracia econômica”, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editora, 1990.

12) A origem do termo “ditadura do proletariado” é de Auguste Blanqui em 1837 e foi utilizada pela primeira vez por Marx nos anos cinquenta, imediatamente após a reação conservadora aos movimentos revolucionários de 1848/49. Ver “A luta de classes na França” e carta a Joseph Weidemeyer. O termo volta a ser utilizado por Marx nos anos 1871-1875, quando as perspectivas de poder dos trabalhadores voltam a entrar na agenda política. O sentido de um poder proletário como fundamento da transição a uma sociedade sem classes é, no entanto, mais generalizado tanto na obra de Marx como na de Engels. Michael Levin nota que há na obra de Marx um duplo significado do Estado no período de transição, o modelo 1 no qual a ênfase é colocada na ditadura do proletariado como poder centralizado em oposição ao poder de classe da burguesia e o modelo 2, tipificado na Comuna de Paris, no qual a máquina do Estado é absorvida pelas formas de auto-organização social, superando-o enquanto uma entidade autonomizada do controle social.

Ver “Marx, Engels and liberal democracy”, capítulo VI, “Beyond bourgeois society”.

13) Esta observação importante, que diferencia substancialmente a experiência da Comuna de Paris daquela da revolução russa está em “Marx, l'état et la politique”, de Antoine Artous (p.282). Ao contrário das leituras canônicas, o poder na experiência da Comuna de Paris não estava assentada em formas de democracia direta mas em novas modalidades de representação, em ruptura com o conceito liberal.

14) Sobre o pensamento político de Hegel, ver Bourgeois, Bernard, "O pensamento político de Hegel", São Leopoldo, Editora da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2000; Franco, Paul, "Hegel's philosophy of freedom", Yale University Press, 1999; Weil, Eric, "Hegel y el estado", Buenos Aires, Editorial Leviatan, 1996; Pelczynski, Z. A. (ed.), "The state and civil society. Studies in Hegel's political philosophy", Cambridge University Press, 1984; Westphal, Kenneth, "The basic context and structure of Hegel's Philosophy of Right" in The Cambridge Companion to Hegel (edited by Frederick Beiser), Cambridge University Press, 1993.

15) Com efeito, Marx vale-se das metáforas do céu e da terra para requalificar a relação entre estado e sociedade civil, seguindo a crítica feuerbachiana da religião. Ele denuncia em Hegel a pretensão do Estado em dominar a sociedade civil como universalidade dominante enquanto que, na realidade, é a sociedade civil burguesa, através de seu particularismo conferido pelo direito de propriedade, que domina o Estado. Sob uma primeira forma, aparece aqui a noção que irá se desenvolver na obra posterior de Marx das relações de produção que condicionam a esfera da política.

16) Uma crítica interessante das reflexões de Marx sobre Hegel está em Ilting, K-H, "Hegel's concept of the state and Marx's early critique" in "The state and civil society. Studies in Hegel's political philosophy", op. cit. Ver também: MacGregor, David, "The communist ideal in Hegel and Marx", Canada, University of Toronto Press, 1990; Breckman, Warren, "Marx, the young Hegelians, and the origins of radical social theory", Cambridge University Press, 1999; Mercier-Josa, Solange, "Pour lire Hegel and Marx", Paris, Editions sociales, 1980.

17) Isto equivaleria a retraduzir neste campo teórico a problemática marxista do imperialismo, bem como o debate sobre as teorias do subdesenvolvimento e da dependência. Isto é, a comunidade internacional dos Estados-nações é profundamente hierarquizada a partir do centro capitalista e esta dimensão está revelada nos próprios princípios fundacionais dos estados "periféricos" ou "semi-periféricos".

18) Ver Oliveira, Francisco de, "Os direitos do antivalor. A economia política da hegemonia imperfeita.", Petrópolis, Vozes, 1997.

Actualidade da Teoria Leninista da Organização à Luz da Experiência Histórica

(Ernest Mandel)

1. Marx não nos deixou uma teoria acabada da formação da consciência de classe do proletariado nem, do mesmo modo, uma teoria acabada do partido. Existem nas suas obras elementos fragmentários duma tal teoria mas esses elementos aparecem muitas vezes como contraditórios, pois evidenciam quer um quer outro dos aspectos da formação desta consciência de classe que prevalecem na análise marxista. Uma vez surge o elemento que opta pela maturação subjectiva do proletariado a **longo prazo** – em função da própria condição proletária, quer dizer, em função da posição que o proletariado ocupa no processo de produção capitalista, e na sociedade burguesa em geral. Outras vezes, surge o elemento que destaque a imaturidade subjectiva imediata do mesmo proletariado – em função do peso da miséria, da alienação, do embrutecimento e, sobretudo, da sujeição à ideologia da classe dominante, tudo isto resultante, igualmente, da condição proletária.

Cabe a Lenine o mérito histórico de ter combinado estes elementos dispersos para formular uma teoria coerente da formação da consciência de classe proletária, teoria que constitui o alicerce da sua teoria de organização. Muitos dos mal-entendidos formulados a respeito desta teoria de organização e muitos dos processos de intenção imputados a Lenine ao longo de todo o século XX, provêm da recusa em compreender este ponto de partida teórico. É certo que, quando se fala de uma teoria leninista de organização, tende-se a fazer referência exclusivamente à brochura Que Fazer? e a reconverter mais de um quarto de século de actividade incansável no domínio da organização unicamente aos princípios enunciados nesta obra. Na medida em que não se veja em Lenine um Maquiavel hipócrita, que passa deliberadamente em silêncio uma parte das suas intenções sempre que “a conjuntura é desfavorável” na medida em que se lhe reconheça o mínimo de boa-fé e de coesão ideológica, sem as quais a discussão das suas ideias perde todo o sentido, esta tentativa simplificadora torna-se evidentemente infundada. Há na obra de Lenine uma constância de certos temas-chaves que se encontram expostos da maneira mais clara e mais convincente em Que Fazer? Mas à medida que a sua experiência se enriqueceu – antes de mais a experiência das lutas revolucionárias do proletariado russo de 1905, 1906 e 1917, e numa medida não negligenciável a experiência do movimento operário internacional durante e após a 1ª Guerra Mundial – Lenine integra na sua teoria de organização uma série de elementos suplementares, que encontraremos elaborados sobretudo nos escritos sobre a falência da Social-Democracia em 1914-1916, em O Estado e a Revolução e noutros escritos fundamentais de 1917, nos documentos dos primeiros congressos da Internacional Comunista e em «O Esquerdismo: Doença Infantil do Comunismo». É o conjunto destes elementos agrupados em torno das teses fundamentais de Que Fazer? e corrigindo-as em certos aspectos, que constitui a teoria leninista neste domínio, e não um momento desta, limitado no tempo.

Uma outra observação preliminar refere-se à tentativa de muitos críticos recusarem a teoria leninista de organização com base nas práticas burocráticas da URSS pós-leninista... Trata-se dum manifesto erro metodológico.

Certamente que a unidade da teoria e da prática de que se reclamam os marxistas — e que Lenine teria sido o primeiro a assumir por sua própria conta — permite confrontar, constantemente, as teorias com os seus resultados práticos. Mas ela exige que se demonstre que tais resultados derivam da teoria — e não de factores diferentes, ou até de teorias opostas. Condenar um manual de cirurgia porque um cirurgião falhou uma operação depois de ter feito os seus estudos com base nesse manual não é um procedimento científico muito sério. É preciso ainda demonstrar que foi a aplicação das teorias expostas no manual que causou a morte do paciente — e não um dos mil factores diferentes, independentes do teórico, que podem influir no desenrolar da intervenção cirúrgica, ou como consequência duma recusa deliberada em seguir o ensinamento recebido.

Por fim, é necessário distinguir o que, na teoria leninista de organização possui um valor universal, quer dizer, o que se aplica ao conjunto da época da crise geral do capitalismo, e deriva assim do conjunto das características fundamentais da sociedade burguesa, da produção capitalista e da natureza de classe do proletariado — e o que não é senão accidental, derivando de condições específicas do tempo e do espaço. Só para dar um exemplo: quantas vezes não se citou a passagem de Que Fazer? contra a eleição dos comités de partido, e a favor da sua designação pelo Centro, como prova das atitudes visceralmente «antidemocráticas» de Lenine? Esquecem-se de acrescentar que Lenine justifica estas proposições **exclusivamente** pelas condições difíceis de clandestinidade nas quais se encontrava o jovem Partido Social-Democrata Operário Russo; que a brochura Que Fazer? proclama ao mesmo tempo a necessidade da eleição e da maior divulgação de todos os comités e de todos os mandatários do Partido, desde que esteja assegurado o mínimo de liberdades democráticas e que as Teses do 2º Congresso da Internacional Comunista reafirmam o princípio da elegibilidade de todos os comités, abrindo de novo explicitamente, excepções, para as condições de clandestinidade extrema.

2. A teoria leninista da formação da consciência de classe proletária parte da distinção, que é essencial para o marxismo, entre a **classe em si** e a **classe para si**, que o jovem Marx tinha já estabelecido em «A Miséria da Filosofia». Desta distinção decorrem o conceito da existência objectiva das classes sociais, independentemente do seu nível de consciência, e o conceito de luta de classes objectiva, independentemente do nível de auto-compreensão dos interesses históricos das classes em presença. Estes dois conceitos de classes objectiva, e de luta de classes objectiva, são indispensáveis para a coesão interna do materialismo histórico e para se compreender a famosa definição do Manifesto Comunista:

«Toda a história da humanidade é a história da luta de classes».

É evidente que os escravos da Antiguidade e que os servos da Idade Média tinham ainda muito menos consciência dos seus interesses históricos de classe que os trabalhadores britânicos ou americanos de hoje. Negar o carácter de luta de classes aos grandes afrontamentos entre o Capital e o Trabalho, às grandes acções de classe do proletariado como, por exemplo, a greve geral italiana de 14 de Julho de 1948 ou as greves gerais belgas de 1950 e de 1960-1961, sob o pretexto de que a

consciência dos proletários empenhados nestas batalhas não estava à altura das exigências da história, ou que estes se batiam por objectivos políticos que não saíam do domínio da democracia burguesa, é enterrar este conceito de classe objectiva e de luta de classes objectiva, e pôr um ponto de interrogação sobre todo o materialismo histórico. Não seria já a existência social que determinaria a consciência, mas a consciência - e só ela - que permitiria ajuizar da realidade de uma luta social que implica milhões de indivíduos. Mas, assim como a teoria leninista de organização nega os desvios deste subjectivismo extremo, também se opõe resolutamente ao objectivismo não menos mecânico que, sob o pretexto de que a luta de classes é para Marx o resultado inevitável da existência da sociedade capitalista e dos antagonismos que a dilaceram, vê na consciência o reflexo automático da existência social, e apaga assim a particularidade essencial da luta de classe proletária, aquela que a distingue de qualquer luta de classe do passado, a saber: a obrigação em que se encontra a classe operária de substituir uma sociedade e uma economia regidas por leis cegas e objectivas pela construção deliberada de uma sociedade e de uma economia novas e regidas pela direcção consciente dos produtores associados.

Uma vez que a construção do socialismo não pode ser o resultado automático nem da luta de classes no seio da sociedade burguesa, nem da simples libertação dos elementos da nova sociedade, presentes no seio da sociedade antiga, mas de uma organização consciente dos produtores, o nível de consciência desses produtores determinará, numa medida apreciável, nas possibilidades de sucesso do empreendimento. Por outras palavras: da distinção estabelecida por Marx entre o conceito de classe em si e o de classe para si, Lenine deduziu a distinção do conceito de **luta de classe elementar** — resultado espontâneo, inevitável, das contradições de classe que o próprio modo de produção capitalista introduziu no seio da sociedade burguesa — e **da luta de classe revolucionária**, que é a única que permite transformar a primeira num assalto vitorioso contra a economia capitalista e o Estado burguês, e cujo êxito depende essencialmente do nível de consciência, de organização e de direcção do proletariado.

Certamente, a crítica de «voluntarismo» tantas vezes dirigida a Lenine é injustificada porque, na sua teoria, a luta de classe revolucionária não é nunca separada, mecanicamente, da luta de classe elementar. Ela não pode ser senão o produto desta, em certas condições históricas objectivas, claramente delimitadas. Contrariamente aos populistas, Lenine jamais acreditou que a simples «vontade revolucionária» ou «educação revolucionária» pudessem produzir uma revolução vitoriosa nas condições do czarismo. Sempre se preocupou em precisar que esta «vontade» e esta «educação» deviam partir da luta de classe elementar de uma classe social específica, o proletariado, ao qual o desenvolvimento do capitalismo na Rússia ia atribuir capacidades de luta e de organização de que não dispunha qualquer outra classe social da Rússia pré-capitalista. Nunca se esqueceu também de precisar que só em condições históricas bem determinadas — condições que geram periodicamente crises pré-revolucionárias, devido às contradições acumuladas no seio da sociedade russa sob o czarismo — o esforço de transformar a luta de classe elementar em luta de classe revolucionária podia dar os seus frutos.

Na ausência destas premissas — as únicas que permitem explicar de que modo a luta de classe elementar pode produzir uma «classe em si», pode produzir a consciência de classe proletária — a obra de uma vanguarda revolucionária não podia ter sucesso. Será interessante examinar os fundamentos socio-económicos

destas premissas, no quadro do materialismo histórico; voltaremos mais adiante a isso. Mas retenhamos, de momento, apenas isto: o que distingue a teoria leninista de organização de outras teorias, mecanicistas ou voluntaristas, não é o facto de negar as ligações evidentes entre luta de classe elementar do proletariado e luta de classe revolucionária, nem de contestar que a primeira constitui a pré-condição da segunda (que uma maior amplitude da primeira não pode senão facilitar a eclosão da segunda). O que a distingue, é que ela contesta ligações **automáticas e espontâneas** entre a primeira e a segunda, prevê que a segunda não derivará da primeira se, às condições objectivas que presidem à sua eclosão, não se juntarem uma série de condições subjectivas que constituem o seu corolário fatal. É aí que encontramos todo o aprofundamento da teoria marxista da formação da consciência de classe proletária efectuada por Lenine, através da sua teoria de organização.

3. O nível preciso de consciência do proletariado não é nem o produto automático do seu lugar no processo de produção, nem também, o produto automático da sua experiência (e, portanto, da amplitude das suas lutas passadas e presentes). Esse nível resulta dum conjunto de factores muito mais complexos, e só a sua interacção permite explicar, em última análise, por que razão, numa época determinada, num país determinado, este nível é aquele que é.

A teoria leninista da formação da consciência de classe proletária começa por explicar que essa formação representa um **processo desigual e descontínuo**. Esse processo desigual e descontínuo de formação da consciência de classe proletária é, em primeiro lugar, o reflexo do **processo histórico desigual e descontínuo da formação do próprio proletariado**.

O conjunto dos operários assalariados, tal como aparecem num dado momento, num determinado país, não foi condenado; no mesmo momento, e nas mesmas circunstâncias a vender a sua força de trabalho. Uns são proletários industriais, filhos de proletários industriais, desde há várias gerações. Outros, acabaram de ser arrancados à sua aldeia natal e à agricultura ancestral. Uns, estão marcados pela vida e disciplinas colectivas da grande fábrica. Outros, sofrem a influência corporativa da pequena empresa e do trabalho semi-artesanal. Uns, estão impregnados da civilização dos grandes centros urbanos, onde a vida colectiva fora da fábrica prolonga muito naturalmente os impulsos solitários derivados do próprio trabalho industrial. Outros, sofrem o duplo efeito alienante da condição proletária e do habitat semi-rural isolado e atomizante. Uns, são educados, desde a infância, nas organizações operárias. Outros, estão submetidos à influência ideológica da classe burguesa transmitida pelas organizações clericais ou «neutras». A diversidade da consciência do proletariado, num determinado momento, é assim função duma estratificação que reflecte as origens históricas e as diferentes condições de vida e trabalho das diversas camadas proletárias.

Às raízes objectivas dessa estratificação do proletariado juntam-se raízes subjectivas não menos importantes. Cada operário não sofrerá da mesma maneira e no mesmo grau a influência ideológica da classe dominante. Diferenças de experiência, de inteligência, de temperamento, de carácter, farão reagir diferentemente diferentes membros duma mesma classe social, submetida às mesmas forças de exploração e de opressão. Mais cedo ou mais tarde a grande

maioria da classe empenhar-se-á na luta – mas o facto de uns o fazerem mais depressa que outros, e compreenderem melhor o alcance geral da luta, tem evidentemente, uma importância decisiva sobre o comportamento quotidiano de uns e de outros – sobretudo fora dos períodos de grandes lutas. Se a estratificação social do proletariado tem causas objectivas, a estratificação subjectiva determina em ligação com ela, ao carácter **descontínuo** do desenvolvimento da consciência de classe. Este resulta por seu lado de uma característica fundamental da sociedade capitalista e da condição proletária, que é preciso lembrar a este propósito.

A classe operária sofre a exploração capitalista não em função duma qualquer prévia escolha ideológica, mas em função duma obrigação económica inevitável à qual não pode escapar, em condições «normais». Ela não pode deixar de trabalhar permanentemente, sem se ver condenada a morrer de fome (nos países neocapitalistas, de legislação social «generosa», as indemnizações de desemprego são impiedosamente suprimidas passado um certo tempo, se as autoridades burguesas chegarem à conclusão de que «o gajo não quer mas é trabalhar»). Quer dizer: no seu conjunto, a classe operária não pode estar permanentemente em luta e, fora dos períodos de luta revolucionárias que põem na ordem do dia o derrubamento do regime capitalista, **toda a luta de classe neste regime desemboca inevitavelmente numa «reprivatização» parcial da classe**, uma vez terminado o combate. Só os elementos mais conscientes, os mais enérgicos, os mais obstinados, resistirão a esta tendência em voltar à «luta pela existência», à «vida privada», que resulta da própria estrutura da sociedade e da economia capitalistas.

Esta mesma estrutura objectiva reflete-se, igualmente, através de uma estrutura mental, ideológica, por uma **tendência à interiorização e à aceitação quotidiana das relações de produção capitalista**. Até os operários mais «refractários» compram pão, pagam rendas e impostos e reproduzem assim, diariamente, as relações mercantis que constituem o fundamento do modo de produção capitalista, sem se apercebem disso. E travaram ao longo de decénios, lutas de classe ferozes, inclusivamente lutas políticas (como as dos Cartistas britânicos) inclusive insurreições, (como a dos operários de Lyon), sem por isso compreenderem que o capitalismo seria impossível sem a generalização das relações mercantis, sem a transformação da força de trabalho em mercadoria, e dos meios de produção em capital.

É indispensável um esforço de informação e formação teórica para desnudar todos os segredos e todos os mistérios da exploração capitalista. Este esforço, por definição, pode ser individual (ou no melhor dos casos, empreendido por grupos restritos de indivíduos); não pode ser o produto imediato da experiência. Ora, a grande massa só aprende pela experiência. Chegada ao seu estágio supremo, o da elaboração e da assimilação da teoria científica, a formação da consciência de classe do proletariado torna-se portanto, inevitavelmente, um processo individualizado e individualizante (isto é, aliás, um dos mecanismos essenciais pelos quais o operário alienado e desumanizado pode começar a conquistar uma individualidade independente. Mas isto é outra história). Torna-se, pela mesma razão, um processo de diferenciação no seio da classe operária.

4. O conceito leninista da consciência de classe proletária levado ao seu mais alto nível apoia-se, também, no papel relativamente autónomo da teoria marxista no processo histórico. Implica, por outras palavras, a **impossibilidade de aceder a uma consciência global da condição proletária e das condições da sua superação** – a uma consciência global do capitalismo e do socialismo – **numa base puramente experimental, empírica, pragmática.**

A experiência dos trabalhadores e de alguns grupos de trabalhadores é, forçosamente, uma experiência fragmentária e fragmentada da realidade social, limitada pelo horizonte preciso no qual se desenrola a sua existência: algumas empresas, alguns bairros, algumas cidades. As lutas que partem dessa experiência imediata são por esse facto marcadas pelo selo duma **consciência parcelarizada que reflecte – mesmo que se tente negá-lo – o trabalho parcelarizado**, que é característico do proletariado, com o seu corolário inevitável de reificação, de alienação e de «falsa consciência».

O carácter, inevitavelmente corporatista, destas lutas implica que a consciência de classe elementar, que resulta das lutas de classe elementares comporta numerosos aspectos que estão em contradição com uma luta de **classe** no sentido profundo e histórico do termo. Pois esta consciência parcelarizada reproduz divisões no seio do proletariado, que resultam das condições da própria produção capitalista e que a burguesia se esforça por manter a todo o custo. O proletariado não se torna uma classe para si – não se «constitui em classe», para retomar a fórmula de Marx – senão na medida em que esses factores de divisão sectorial, corporatista, localista, regionalista, nacionalista, recista, cedam o passo à consciência unificadora **dos interesses comuns a todos os proletários**, independentemente das particularidades de profissão, de ocupação, de qualificação, de habitat, de raça, de religião, ou de nacionalidade.

Mas se, numa certa etapa do seu desenvolvimento, o modo de produção capitalista favorece, incontestavelmente, a eclosão de lutas unificadores e gerais da classe operária, vê-se claramente que essas lutas não chegam para substituir a consciência fragmentária e parcelarizada por uma consciência global, totalizante, de todas as contradições capitalistas e de todas as condições de vitória do socialismo. Independentemente dos factores acima mencionados, que entram a formação duma tal consciência globalizante, há o simples facto de que essas lutas generalizadas não são mais que momentos «pontuais» da existência operária, que só se produzem uma ou duas vezes durante a vida de cada geração operária (e em certas gerações nem sequer uma única vez confrontar a Alemanha entre 1933 e 1968!). Nestas condições, a origem puramente empírica duma tal consciência de massa, baseada naquilo que foi efectivamente vivido, torna os factores que determinam o carácter fragmentário da consciência operária infinitamente mais poderosos que os factores que operam em sentido contrário.

Uma das ideias-mestras de Que Fazer?, que conserva hoje todo o seu valor universal como no momento em que esta obra foi redigida, é que o proletariado não pode – aceder a uma consciência global da realidade capitalista – da sua própria existência – senão através duma **prática social globalizante**, isto é, através duma prática política. Mais exactamente: que só pode aceder a esta consciência de classe, levada à sua mais alta expressão, aquela minoria da classe operária disposta a (e capaz de prosseguir uma **actividade política**

permanente mesmo nos períodos de recuo do movimento de massa, mesmo nas fases de «reprivatização» da maioria dos trabalhadores, mesmo nas fases de ascenso da influência da ideologia burguesa e pequeno-burguesa no seio da classe operária. Eis o fundamento materialista da necessidade dum partido de vanguarda, proclamado por Lenine.

A maneira como Lenine privilegiou, deliberadamente, esta **praxis política** que traz constantemente ao de cima **todos** os aspectos da realidade capitalista, oposta à **praxis trade-unionista** («economicista») que se contenta em agitar os trabalhadores em torno da exploração e da opressão imediatas, sofridas na sua própria empresa, bairro, cidade, (e quando muito: região, país) está na base de inúmeros mal-entendidos e interpretações mal intencionadas. Os fundamentos teóricos desta concepção são contudo manifestos. O que Lenine contesta — e o que contestaram antes dele Marx e Engels, salvo talvez nalgumas frases das suas obras de juventude, e mesmo estas isoladas em geral do seu contexto — é que a acumulação gradual e descontínua da experiência imediata conduz «no fim de contas» a reproduzir uma análise teórica, que somente um esforço particular tinha podido produzir inicialmente (evidentemente num contexto histórico determinado, em última análise, pela existência **prévia** da sociedade burguesa e da luta de classe proletária). Com greves por reivindicações imediatas, mesmo que travadas com o maior ardor do mundo, não levarão necessariamente a uma consciência de classe globalizante, socialista. Basta estudar a experiência das lutas de classe na Grã-Bretanha durante a segunda metade do século XIX, a experiência das lutas de classe nos Estados Unidos durante o período 1940-1970, para nos apercebermos disso, imediatamente.

Somente uma **actividade** que ultrapasse as lutas «economicistas» pode, em definitivo, conduzir a uma **consciência** que ultrapasse o trade-unionismo. Dificilmente se podem aceitar as premissas da dialéctica materialista, da teoria marxista do conhecimento, e contestar a razão de ser desta tese de Lenine. A necessidade de um partido operário de vanguarda decorre, portanto, da necessidade de desenvolver permanentemente tal actividade, e da impossibilidade em que se encontra a massa operária no seu conjunto de a desenvolver de maneira contínua em regime capitalista, em função da sua própria estratificação objectiva e dos poderosos obstáculos subjectivos que impedem uma acumulação constante, gradual, contínua, da consciência de classe no seu seio.

O partido de vanguarda funciona assim, objectivamente, como a **memória colectiva da classe operária**, a qual impede que os conhecimentos acumulados durante as fases de lutas generalizadas se percam nas inevitáveis fases consecutivas de refluxo dessas lutas, a qual assegura a **continuidade da acumulação de consciência nas condições de descontinuidade da actividade política das massas**.

5. Assim, o conceito de partido de vanguarda reconduz-nos ao da periodicidade das lutas de classe generalizadas, do carácter cíclico das grandes explosões operárias. Descobrimos, assim, um fundamento materialista suplementar da teoria leninista de organização. Porque a organização separada da vanguarda operária é função das tarefas a cumprir. Ela é um instrumento de trabalho destinado

a um fim preciso: transformar as explosões operárias generalizadas, em assaltos vitoriosos contra a economia capitalista e o Estado burguês; derrubar com sucesso o sistema capitalista e edificar um Estado operário — a ditadura do proletariado — que prepara, com êxito, a construção duma sociedade socialista.

A organização de vanguarda, separada das massas, não é o único modelo de organização operária possível. Ela é função duma perspectiva histórica precisa: a da inevitabilidade das explosões revolucionárias a médio ou longo prazo, que não se transformarão em revoluções vitoriosas senão graças à actividade da vanguarda organizada. A margem desta **actualidade da revolução**, a organização separada da vanguarda apenas se justifica em função de objectivos puramente ideológicos, que correm o risco de degenerar em sectarismo. Sempre que as únicas lutas previsíveis forem lutas parciais, apenas é possível para as largas massas a acumulação gradual de experiências, e o único papel mediador que a vanguarda poderia desempenhar seria o da transmissão dos conhecimentos pela propaganda e pela educação — um papel que não justifica uma organização separada e que pode ser realizada no seio das organizações de massa, com a condição que elas respeitem um mínimo de democracia interna.

É preciso sublinhar a este propósito, que antes de 1914, Lenine apenas tinha uma visão precisa da actualidade da revolução para a Rússia (e alguns outros países da Europa oriental). Em função desta perspectiva, absteve-se de preconizar a organização separada da vanguarda em relação aos partidos sociais-democratas de massa antes de 4 de Agosto de 1914. Contentou-se em promover uma coordenação bastante frouxa entre as diversas correntes de esquerda, no seio da 2ª Internacional, sobretudo aquando das discussões que estalaram quanto à atitude a adoptar em relação à guerra imperialista que se anunciava. Só quando o deflagrar desta guerra o convenceu de que o sistema capitalista mundial estava a passar por uma fase histórica de crise geral, que colocava a revolução na ordem do dia num grande número de países, só nessa altura, estendeu o princípio da organização separada da vanguarda ao conjunto do globo e se pronunciou pela criação da Internacional Comunista.

O carácter cíclico das explosões de grandes lutas do conjunto do proletariado, que são potencialmente revolucionárias, deriva da complexidade das circunstâncias necessárias para abalar profundamente a sociedade burguesa e para conduzir os trabalhadores a ultrapassarem o estágio das lutas pelas reivindicações imediatas. Só excepcionalmente o conjunto dos factores necessários se encontrarão reunidos, quer os factores objectivos (crise profunda das relações de produção capitalistas) quer os subjectivos (desunião e paralisia crescentes das classes dominantes; enfraquecimento do aparelho de repressão; descontentamento crescente das massas laboriosas atingindo o nível duma cólera surda; sentimento crescente de que os motivos de descontentamento não podem ser sanados pela via das reformas graduais e de reajustamentos «legais», antes exigem urna acção directa; uma confiança crescente das massas na sua própria força, quer dizer, na sua capacidade de desencadear tal acção, etc.). É evidente, que atendendo às tendências profundas à interiorização das relações capitalistas, e à reprivatização duma massa de operários, após as lutas parciais, tendências essa inerentes ao próprio modo de produção capitalista, o concurso de circunstâncias que torna a situação madura para as explosões revolucionárias, ou potencialmente revolucionárias, tem de ser forçosamente excepcional. Pelas mesmas razões — às quais se alia neste caso o peso

da derrota e do cepticismo que a engendra — uma explosão abortada, que não atingiu o seu objectivo, não pode ser seguida, a breve prazo, por uma outra vaga ascendente de lutas generalizadas, mas sim por um declínio da combatividade das massas, até que um novo conjunto de condições favoráveis desencadeie um novo ascenso. Falamos aqui de «explosões» não no sentido de acontecimentos isolados, mas de **fases da lutade classes radicalizando-se e generalizando-se progressivamente**, em oposição a outras fases de lutas dispersas, reduzidas e em volta de objectivos unicamente imediatos (não podemos aqui tratar das relações entre o ciclo económico e o ciclo da luta de classes, mas indicaremos somente de passagem que estas relações não são as de uma relação mecânica e directamente causal).

O papel que a organização de vanguarda tem a cumprir em relação às explosões periódicas de lutas generalizadas deve ser examinado simultaneamente pelas fases preparatórias das lutas potencialmente revolucionárias e pelas fases de lutas generalizadas propriamente ditas. Trata-se dum duplo aspecto da relação dialéctica «vanguarda/massas» que estão por elucidar. Mas a própria natureza da revolução socialista, e da tomada do poder pela destruição do aparelho de Estado burguês implica a necessidade duma acção conscientemente centralizadora de lutas parciais, mesmo que tenham uma grande amplitude. Se a sociedade burguesa pode efectivamente começar a desintegrar-se na periferia, nas fases de crise revolucionária agudas, esta desintegração nunca pode levar à dissolução automática do Estado burguês. Este tem de ser conscientemente destruído. Sempre que esta destruição não se efectiva, um processo contra-revolucionário pode ser encetado com êxito, mesmo por forças numericamente restritas, opondo-se a massas muito numerosas. O papel desempenhado pelos restos do exército imperial durante as semanas decisivas de Novembro 1918 - Março 1919 na Alemanha, é disso a melhor ilustração, com as mais trágicas consequências históricas.

6. A relação entre a vanguarda e as massas em período não-revolucionário é antes de mais uma relação pedagógica de mediação. A organização de vanguarda não funciona só como a memória colectiva da classe, mas esforça-se, constantemente, por comunicar os conhecimentos acumulados, graças às lutas e às experiências passadas, ao maior número possível de proletários.

Quando falamos de processo pedagógico, não esquecemos, evidentemente, o carácter dialéctico desse processo, no qual não existe uma verdade acabada que é transmitida de maneira passiva a uma multidão que se supõe ignorante, mas antes um metabolismo de experiências, um fluxo e refluxo constante de impressões e de ideias, entre a massa menos politizada e a vanguarda organizada. Só quando este fluxo é firmemente estabelecido **nos dois sentidos** a vanguarda terá superado, definitivamente, o risco de se tornar uma seita ou uma capela, e desempenhará verdadeiramente o papel de memória e de acumulador de experiências colectivas **de toda a classe**.

A mediação entre o programa, resumindo todos os ensinamentos das lutas passadas e a sua generalização teórica, e às massas, cujas preocupações permanecem circunscritas em volta de objectivos imediatos, não pode fazer-se, exclusivamente, através duma pedagogia literária ainda que Lenine tenha

sublinhado, justamente, que o que separa o revolucionário do reformista ou do centrista, é que o revolucionário prossegue a propaganda revolucionária e a preparação da revolução mesmo nas fases não-revolucionárias. Esta mediação exige, igualmente, uma **forma específica de acção**. O «grande plano estratégico» de Lenine contido em Que Fazer? que consiste em transformar o partido de vanguarda em confluente e estimulante de todos os movimentos de protesto e de rebelião contra o regime estabelecido que não sejam objectivamente reaccionários, foi mais tarde estendido por ele para o conceito de reivindicações transitórias, retomado por Trotsky no seu Programa de Transição, em 1938.

A estratégia das reivindicações transitórias implica a elaboração de reivindicações que, embora partindo das preocupações imediatas das massas, não são realizáveis e assimiláveis no quadro do regime capitalista. Sempre que se tornam eixos de acções generalizadas da classe operária, as reivindicações transitórias tendem, portanto, a quebrar os quadros da economia capitalista e do Estado burguês. Só quando as massas têm **imediatamente** tais objectivos para as suas acções, é que estas poderão, dificilmente, ser reabsorvidas pelo regime, pela concessão de reformas. Ora elas só têm tais objectivos **no momento** duma greve geral, se tiverem sido sistematicamente preparadas anteriormente, tanto pela propaganda como pelas «acções exemplares», e pela formação no seu seio de quadros operários que encarnem todo este processo de mediação e que o transmitam quotidianamente aos seus companheiros de trabalho.

Seria acreditar em milhares de milagres supor a massa capaz de encontrar, por instinto, no momento duma grande explosão revolucionária, as reivindicações necessárias para fazer triunfar a revolução e capaz de encontrar a resposta às mil e uma manobras reformistas que permitiram o estrangulamento de todas as explosões revolucionárias na Europa Ocidental apesar das relações de força momentaneamente bastante favoráveis à revolução.

A centralização do partido, sobre a qual Lenine insistiu fortemente no debate em volta de Que Fazer? é antes de mais uma centralização política, a compreensão do facto de que a massa operária não acederá à consciência de classe, ao seu nível mais elevado, a não ser com a condição de ultrapassar o horizonte estreito das experiências nascidas de lutas parciais na condição, por outras palavras, **decentralizar as suas experiências**. O aspecto puramente organizacional desta centralização é secundário, no raciocínio de Lenine, e muito influenciado ainda pelas condições específicas de ilegalidade em que se construiu a social-democracia russa.

A fraqueza da argumentação de Rosa Luxemburgo contra Lenine, é que ela concentra o seu fogo sobre o aspecto organizacional da centralização leninista, menosprezando largamente o seu aspecto político. Fazendo isto, é obrigada a sugerir uma teoria da formação da consciência de classe proletária diferente da de Lenine, muito mais simplista e simultaneamente muito mais optimista, que considera que esta consciência de classe só pode ser função da luta e que a luta é suficiente para lhe assegurar a formação. A experiência histórica, e nomeadamente a da revolução Alemã, nega esta tese. Nem sequer as lutas mais amplas, mais tumultuosas, mais longas (pense-se no período de agitação e de lutas de massa quase ininterruptas de 1918 a 1923) bastaram para assegurar por si próprias um nível de consciência suficientemente elevado às massas operárias alemães que lhes permitisse levar a cabo uma revolução vitoriosa. Como estas lutas estão condenadas ao declínio

periódico, qualquer teoria que vê a formação desta consciência como simples função duma experiência de luta descontínua, sem papel acumulador, centralizador de experiências, e memória colectiva do partido de vanguarda, condena esta formação a um trágico trabalho de Sísifo.

Para prestar justiça a Rosa Luxemburgo, é necessário acrescentar que desde 1914, e sobretudo desde a eclosão da revolução Alemã, ela compreendeu perfeitamente que a diferenciação ideológica do proletariado não seria automaticamente ultrapassada pela amplitude das próprias lutas. É por isso que preconizou a organização autónoma da vanguarda operária, conceito que inclui nos seus escritos programáticos tais como «O Que quer a Liga Spartacus?». Pode portanto dizer-se que se tornou igualmente leninista, no final da sua vida.

7. Quando examinamos a relação «vanguarda/massas» em período revolucionário, o quadro muda e as insuficiências dos debates de 1902-1903 aparecem claramente. É sobretudo a propósito destas experiências que Lenine fez importantes correcções à sua teoria de organização, depois de 1905, de Agosto de 1914 e sobretudo em 1917.

A experiência histórica demonstrou, com efeito, que a existência dum Partido Social-Democrata organizado (para retomar a terminologia de Lenine dos anos 1902-1903) não é de modo nenhum garantia do papel objectivo que desempenhará na crise revolucionária. A história ofereceu-nos o exemplo de numerosos partidos que tendo, durante anos, apregoado as suas convicções marxistas, no momento duma crise revolucionária não só não se esforçaram por conduzir esta até à conquista do poder pelo proletariado, como ainda refrearam por todos os meios o ardor revolucionário desse mesmo proletariado, ou mesmo tomaram a iniciativa de organizar, deliberadamente, a vitória da contra-revolução. O comportamento da social-democracia alemã durante a crise revolucionária em 1918-1919 é disso o exemplo mais típico — mas não o único. A chegada ao poder de Hitler não é mais que o resultado final da derrota da revolução Alemã, derrota na qual a responsabilidade histórica dos Noske, Ebert, Scheidemann foi evidente.

Rosa Luxemburgo e Trotsky pressentiram tal eventualidade mais cedo que Lenine, nos anos 1903-1906. Por outras palavras, compreenderam que as próprias massas operárias que, nas condições de funcionamento «normal» do capitalismo, eram fortemente influenciadas pela ideologia burguesa e pequeno-burguesa, podiam, em momentos de crise revolucionária, dar provas de uma iniciativa, de uma combatividade, de uma energia revolucionária que ultrapassava de longe as dos militantes educados durante anos na teoria marxista.

Quando examinamos o balanço histórico das lutas de classe desde 1914, encontramos esta lição não uma vez ou duas, mas literalmente dezenas de vezes. Enumerar toda a lista de explosões revolucionárias em que os partidos operários foram ultrapassados pela actividade revolucionária das massas, é enumerar, praticamente, todas as crises revolucionárias que sucederam nos países imperialistas — e também de uma série de crises nos países coloniais e semi-coloniais.

Quererá isto dizer que a história demonstrou que a iniciativa espontânea das massas (inclusivamente as massas não organizadas) é condição suficiente de vitórias revolucionárias e que basta eliminar os «travões organizados» para assegurar a queda do capitalismo? De modo nenhum. Porque o balanço histórico é duplo a este respeito. Por um lado, as massas revelaram-se em numerosos momentos, «mais revolucionárias» que os partidos. Mas essas mesmas massas mostraram-se igualmente incapazes de assegurar por elas próprias o derrubamento do capitalismo.

Na ausência de uma vanguarda organizada que conquiste a hegemonia política no seu seio e que concentre a sua energia em objectivos precisos — destruição do aparelho de Estado burguês; tomar nas mãos os meios de produção e a sua organização num modo de produção socializado; construção de um novo poder — os seus mais corajosos assaltos, as suas mais audaciosas vitórias, permanecerão sem futuro. O exemplo mais trágico e mais convincente a este respeito foi fornecido pela experiência espanhola de Julho de 1936. Pode-se extrair uma série de conclusões, por conseguinte deste balanço histórico o que permite efectuar uma actualização da teoria leninista de organização — actualização essa que o próprio Lenine efectuou no decurso do período 1914-1921.

Antes de mais, é claro que a dialéctica «massas/partidos» complica-se e alarga-se, à luz do 4 de Agosto de 1914. Torna-se, assim uma dialéctica «massas-partidos não seguindo uma linha revolucionária-partidos revolucionários». A existência de partidos não constitui por si só uma garantia contra a reabsorção da classe operária pela ideologia burguesa e pequeno-burguesa. Pelo contrário, pode tornar-se o motor e o veículo desta reabsorção como foi o caso, primeiro, da Social-Democracia e, seguidamente, de uma série de PC de massa (em França, Itália, Grécia, etc...). Não se trata já de opor simples e mecanicamente a «organização" à «espontaneidade", mas de examinar em que condições teóricas e práticas a organização eleva a consciência de classe do proletariado, estimula a sua hostilidade em relação à sociedade burguesa no seu conjunto, prepara a sua intervenção massiva nas crises revolucionárias, no sentido do seu aprofundamento e da sua generalização, e educa os seus próprios militantes (a vanguarda) para uma intervenção nas crises, com vista à sua transformação em revoluções socialistas vitoriosas.

Por outro lado, é claro que a amplitude da actividade das massas, no momento de crises revolucionárias, não permite confinar o processo histórico à única relação recíproca «partidos-massas não organizadas». Toda a crise revolucionária, mesmo num país mediantemente industrializado, levou, quase sempre, até agora, à criação de **formas de auto-organização das massas** (Sovietes, conselhos operários), embriões do futuro poder proletário e instrumentos imediatos de uma dualidade de poder de facto. O aspecto profundamente revolucionário destes órgãos de autor-organização e de auto-governo das massas, é que eles abrangem precisamente o **conjunto** do proletariado e dos explorados, incluindo as camadas não organizadas ou inactivas durante os períodos «calmos» ou de lutas de classe apenas parciais.

Lenine apreendeu a importância-chave do fenómeno dos Sovietes com um pouco de atraso relativamente a Trotsky, que via neles, desde 1906, a forma de organização geral da futura revolução russa vitoriosa, e a forma de organização

universal das revoluções proletárias. Mas compreendeu-a a fundo — a não apenas de maneira «oportunista», nos momentos revolucionários — como lhe reprovam críticos contemporâneos mal intencionados. E Lenine compreendeu melhor que Trotsky a dialéctica particular «Soviets-partido revolucionário» que este último não assimilou a fundo senão em 1917: se é impossível uma **revolução** num país industrializado sem organização de tipo Soviético — o que não implica evidentemente que a terminologia seja por todo o lado a mesma — do conjunto do proletariado, é igualmente impossível uma revolução **vitoriosa** sem que no seio dos Soviets uma vanguarda organizada conquiste a hegemonia política através de um trabalho de explicação de propaganda e de agitação incansável, sem a sua acção organizadora, centralizadora, sobre a imensa energia das massas libertadas no momento da crise revolucionária.

Este «papel dirigente do partido» não implica nem o conceito de partido único (que contradiz pelo contrário o conceito de organização soviética, pois esta, na medida em que deve ser a organização do **conjunto** dos trabalhadores, há de reflectir inevitavelmente a diversidade dos níveis de consciência, de filiação ideológica e organizacional do próprio proletariado, quer dizer, implica a inevitável multiplicidade dos partidos operários e das tendências operárias), nem o de uma hegemonia adquirida por medidas administrativas ou repressivas. A história da revolução russa confirma-o: o emprego de tais medidas esteve sempre na proporção inversa da hegemonia política que detinha o partido bolchevique no seio do proletariado e das mais amplas massas. Durante todo o tempo em que essa hegemonia esteve garantida — adquirida pela superioridade da sua linha política e pela sua capacidade de convencer as massas desta — não teve de recorrer a nenhuma medida repressiva no seio da classe operária e da própria organização soviética (salvo medidas de auto-defesa contra aqueles que tinham, no sentido literal do termo, desencadeado a luta armada contra o poder dos Soviets). Toda a medida administrativa e repressiva que foi levado a tomar no seio da classe operária resultou de um declínio prévio da sua influência política no seio de determinados sectores desta.

Podem-se procurar as causas deste declínio neste ou naquele erro político conjuntural cometido pelos dirigentes bolcheviques, em determinado momento preciso; o debate a este respeito, dura desde há meio século e não terminará tão cedo. Mas para quem estude esta época histórica com um mínimo de sentido objectivo, é evidente que as razões essenciais do isolamento progressivo dos bolcheviques no seio das massas em 1920-1921 não residem neste ou naquele aspecto secundário da situação ou da política de Lenine, mas nas condições objectivas que determinavam, por seu turno, uma passividade crescente das massas. (Não extraímos daqui, evidentemente, a conclusão menchevique, segundo a qual mais teria valido «não tomar o poder num país atrasado», nem a conclusão apologética para o estalinismo segundo a qual «o socialismo não se podia construir na Rússia senão com meios bárbaros, terroristas». Tudo depende do **grau relativo** da actividade das massas; uma política correcta do Partido poderia reformá-Ia, depois de 1923, poderosamente).

É aqui que se pode reconhecer quanto se enganam todos aqueles que, na esteira da Rosa Luxemburgo de 1903 — a de 1918 era já mais prudente! — acreditam ainda hoje que o recurso à actividade das massas é o único remédio histórico para os riscos de burocratização conservadora do partido. Pelo menos no caso da URSS a passividade crescente das massas **precedeu** (e numa larga medida determinou) a

burocratização crescente do partido. E pode reconhecer-se a Lenine este mérito histórico se se comparar o grau de actividade das massas nos sovietes dirigidos politicamente pelos bolcheviques e a de outros sovietes, a duração do funcionamento real dos sovietes na Rússia com a do funcionamento de organismos de tipo soviético nos países onde os bolcheviques não foram nada hegemónicos no seio da classe operária, a existência e o «papel dominante» dum partido revolucionário de vanguarda de tipo leninista, não somente não podem ser considerados como a antítese de uma organização autónoma das massas em organismos de tipo soviético, mas pelo contrário asseguram-lhe uma existência mais longa e um melhor e mais eficaz funcionamento.

8. É evidente, que Lenine subestimou no decurso do debate de 1902-1903, os perigos que para o movimento operário podiam surgir do facto de se constituir uma burocracia no seu seio. Concentrou, nesta época, o seu fogo sobre a **intelligentsia** pequeno-burguesa e os «trade-unionistas», de horizontes curtos. Como Rosa Luxemburgo assimilou melhor a experiência da social-democracia alemã, que já nesta época era muito ambígua, pôde, melhor do que Lenine, pressentir que o perigo maior de conservadorismo e de adaptação ao **status quo**, não surgiria nem de uma nem de outros, mas do próprio aparelho social-democrata. Instalado nas organizações de massa e encostado às migalhas da «democracia burguesa», este aparelho tinha na realidade já «realizado o socialismo por sua própria conta». Ia adoptar uma orientação fundamentalmente conservadora, racionalizada pela necessidade de «defender as conquistas feitas». O revisionismo e o reformismo encontram aí as suas raízes materiais e sociais bem como ideológicas. Esta «dialéctica das conquistas parciais» foi em seguida estendida pela burocracia estalinista à escala mundial.

À luz da experiência histórica, Lenine aprendeu muito melhor, a partir de 1914, o papel-chave que a burocracia das organizações operárias pode desempenhar na transformação destas, de instrumento para impulsionar revoluções socialistas, em instrumentos de defesa do **status quo** social. Na sua luta contra a social-democracia internacional, deu uma importância essencial à análise da sua burocratização. A partir de 1918, apreendeu, profundamente, o perigo de burocratização do primeiro Estado operário, e consagrou uma boa parte dos últimos anos da sua vida a um combate contra este perigo.

Ao fazê-lo, Lenine elevou aliás o problema do domínio **ideológico** e **psicológico** («os hábitos burocráticos», «os métodos burocráticos», «a mentalidade burocrática») ao nível **social**. Para ele a burocracia é uma camada social que defende interesses sociais determinados (essencialmente no domínio da retribuição, do modo de vida, dos rendimentos. É por isso que não é uma classe social, não ocupa um lugar particular e historicamente necessário no processo de produção, coisa que fizeram, pelo menos numa época determinada da sua história, todas as classes sociais). E desde 1918, transfere uma boa parte deste raciocínio para o domínio do Estado soviético e para a luta contra a deformação burocrática deste.

Brandiu-se contra Lenine o argumento de que o modelo de organização do partido que defendia teria facilitado o processo de burocratização na URSS. Como

esta crítica lhe foi efectivamente dirigida desde 1902-1903, aparece com a aureola de análise profética. Respondemos já mais atrás à objecção segundo a qual Lenine teria proposto um modelo de organização não-democrático. Porém, a questão do modelo de organização possível dos partidos operários merece uma análise mais detalhada.

Na medida em que se rejeite o clube de discussão ou a reunião informal e descontínua de indivíduos, a história forneceu-nos dois modelos essenciais de organização dos partidos operários: modelo baseado na selecção individual de militantes, a partir do seu nível de consciência individual e da sua actividade; e o das secções baseadas na circunscrição eleitoral, agrupando todos aqueles que afirmam a sua adesão aos princípios socialistas. Estes dois modelos, um «restrito», o outro «lato», mostram bastante bem a divisão da social-democracia russa em «bolcheviques» e «mencheviques».

Qual dos dois modelos se revelou mais democrático? Diremos à luz da experiência histórica, que o segundo se **burocratizou mais rapidamente que o primeiro** e que ao burocratizar-se, se reconverteu, aliás fundamentalmente, no segundo modelo.

Não é difícil compreender que o agrupamento de grande número de membros passivos – geralmente ausentes às reuniões – sem nível de consciência e «comprometimento» elevados, é bem mais facilmente manipulável por um aparelho ou por demagogos individuais, do que uma comunidade de activistas comprometidos toda a sua vida na luta por uma mesma causa, que julga a eficácia de cada um à luz da contribuição que ele traz para a defesa desta causa. Quantos mais elementos passivos um partido «lato» tiver, mais fácil se torna a burocratização. Quanto mais um partido de vanguarda fôr composto exclusivamente de **militantes activos**, maior é a garantia contra a burocratização. Foi, aliás afogando os elementos activos e conscientes num grande número de aderentes passivos, que Estaline facilitou grandemente a burocratização do partido bolchevique, depois da morte de Lenine –, Lenine exprimira já tal receio no seu famoso Testamento.

O problema da burocratização do partido operário – fenómeno social facilitado ou entravado por um determinado modelo de organização, mas de modo nenhum causado por este – está estreitamente ligado ao da democracia operária, isto é, à possibilidade de controle dos membros sobre o aparelho, e da elaboração da linha política em função dos interesses de classe a defender (e não, tendo em vista interesses sectoriais, ou pior ainda, tendo em vista a auto-justificação, perigo que ameaça **qualquer** organização numa sociedade baseada na produção mercantil e na divisão social do trabalho). A este respeito, o balanço histórico é também claro. No tempo de Lenine, o partido bolchevique foi um partido vivo e democrático, atravessando periodicamente debates de tendência apaixonados, permitindo a expressão de opinião em desacordo com as da direcção (ou da sua maioria) não excomungando nenhuma das posições oposicionistas, permitindo que a experiência resolvesse as divergências tácticas. Pode afirmar-se, sem cair em erro, que este partido foi mais democrático, e permitiu debates de tendência mais sistemáticos, do que qualquer partido operário importante na história – e certamente do que os partidos social-democratas.

É verdade que no momento em que foi maior o isolamento dos bolcheviques, no momento da introdução da NEP, Lenine propôs e conseguiu que se

aprovasse a interdição das fracções no partido. De resto, só propôs isso por razões conjunturais e como medida passageira, e nunca como questão de princípio. Pode pensar-se que esta decisão foi errada — e à luz da história pensamos que o foi efectivamente, porque permitiu a Estaline asfixiar progressivamente o direito de tendência, e deste modo toda a democracia no interior do partido.

Mas aqueles que citam triunfalmente este «pecado» de Lenine como a confirmação do seu «pecado original» pretensamente anti-democrático esquecem, com demasiada facilidade, que **no próprio momento** em que Lenine se comprometeu a favor da supressão do direito de fracção, confirmou solenemente o direito do opositor Chliapnikov imprimir os seus pontos de vista oposicionais e de os distribuir, pagos pelo partido, a **todos os membros do partido**, em centenas de milhares de exemplares: que nos mostrem um único partido social-democrata em que isto tenha sido praticado, não dizemos sistematicamente, mas mesmo, só ocasionalmente!

E até no X Congresso do PCR, em que foi tomada a decisão de proibir as fracções, Lenine tornou a confirmar, não menos solenemente, o **direito de tendência**, opondo-se a uma emenda de Riazanov que quis impedir que se elegeisse no futuro o comité central segundo as plataformas de tendências. Se surgem divergências fundamentais, não se pode impedir que elas sejam resolvidas perante o conjunto do partido, exclamou ele («Obras Completas», tomo 32, página 267 da edição alemã, Dietz Verlag, Berlim 1961). Foi a partir do momento em que a burocracia impediu tais discussões, e este direito de tendência, que o partido cessou de ser o instrumento revolucionário forjado por Lenine. Um outro argumento tem ainda sido citado para justificar a «tendência burocrática inerente» às concepções bolcheviques de organização que o próprio Lenine se teve que opor ao seu próprio «aparelho» cada vez que esboçou uma viragem para o «movimento revolucionário de massas», principalmente em Abril de 1917. Aqueles que defendem esta concepção esquecem um pequeno detalhe: é que neste drama histórico não havia apenas três personagens principais: o herói «positivo» — as massas revolucionárias; o «traidor» — o aparelho central do partido; e Lenine, oscilando entre uns e outros. Havia ainda milhares de operários bolcheviques militantes de base. Foi o empenhamento resolutivo destes trabalhadores de vanguarda que permitiu que as «Teses de Abril» de Lenine triunfassem tão rapidamente sobre a resistência da maioria do comité central, no início da revolução russa. Foi a ausência desta camada mediadora decisiva que impediu Lenine de realizar o mesmo sucesso em 1922-1923, no decurso do seu «último combate» contra Estaline.

Eis-nos, portanto, chegados a uma categoria sociológica, em lugar de considerações psicológicas e puramente ideológicas. É esta categoria de trabalhadores de vanguarda, que incarnam a consciência de classe do proletariado, quase sós nas fases de recuo ou de estagnação do movimento de massas, em comunhão íntima com a maioria da sua classe quando este mesmo movimento de massas atinge o seu nível mais elevado, que constitui o elo central da concepção leninista de organização.

Resumiremos esta concepção afirmando que ela consegue efectuar a união dos elementos de continuidade e de descontinuidade, de pedagogia e de aprendizagem permanente dos educadores, de centralização e de democracia,

inerentes à luta proletária. Incarna, assim, a tradição humanista e revolucionária da história contemporânea.

Feminismo, prática política e luta social

(Tatau Godinho)

Para iniciar um debate sobre o feminismo, um bom ponto de partida é explicitar a definição do que compreendemos como feminismo. O feminismo é a teoria e a prática da luta pela libertação das mulheres. Dito de outra forma: é a teoria e a prática, a ação política para construir uma sociedade igualitária entre mulheres e homens, ou seja, para construir relações igualitárias, romper com as desigualdades das relações sociais de sexo ou de gênero.

Sinteticamente, essa definição indica um campo com o qual nosso feminismo se identifica. Orientado para o debate, este texto buscará apresentar, de forma resumida, alguns dos aspectos que fundamentam a perspectiva de um feminismo que se define como parte essencial de uma proposta de mudança radical, anti-capitalista e libertária. Uma visão de que o feminismo se constrói como luta, como disputa política. Um processo de luta e de disputa social que se expressa na prática cotidiana e em um projeto de futuro; uma prática social e política fundada na perspectiva de construção de uma igualdade efetiva e global das relações sociais, tendo as relações entre mulheres e homens como o prisma que ilumina a análise da sociedade e a perspectiva de transformação.

É exigência do feminismo a construção de uma prática fundada em forte coerência entre o que é nossa vida pública e nossa vida privada; o que é nossa atuação pública e nossa vida privada. Não apenas para as mulheres. Uma das contribuições mais importantes que o feminismo trouxe para a sociedade como um todo, e para a esquerda em particular, é a reafirmação de que nossa proposta de transformação social não pode se restringir a uma transformação do mundo público. Não se pode aceitar de forma acrítica a existência de contradições entre o que defendemos na esfera pública e o que é nossa vida pessoal, nosso cotidiano.

Da mesma forma, a proposta de uma transformação radical das relações entre mulheres e homens não pode prescindir de uma perspectiva de construção de relações sociais sem opressão e exploração econômicas; sem a superação das diversas formas de discriminação e desigualdade social. Por isso, um feminismo radical e coerente identifique-se com uma visão de mundo anti-capitalista e com o combate às distintas formas de desigualdade social.

Em momentos centrais da luta socialista aparece com destaque a idéia de construir um novo homem e uma nova mulher. Nos primeiros anos da Revolução Russa, ou em textos de Che Guevara, para mencionar duas referências importantes na história da esquerda, esse ideal é destacado como um dos desafios na construção de uma nova sociedade. Mas até onde a esquerda encarou esse desafio como a possibilidade de uma igualdade radical entre mulheres e homens?

Por que ressaltar a importância de definir feminismo? Porque a definição que temos de uma determinada questão, de um determinado problema, é parte central da compreensão que orienta nossa ação. Fundada na compreensão do que é a desigualdade entre mulheres e homens, e do que se busca alterar, ela orienta nossa

ação no mundo e, por consequência, a estratégia de luta a ser priorizada. De forma ampla, nossa visão de socialismo e de feminismo orienta nossa visão de mundo. Dependendo da forma como se entende a opressão das mulheres, como se entende a desigualdade, busca-se construir um tipo de movimento, de atuação política visando a uma perspectiva de mudança. Decorrente dessa compreensão do feminismo, alicerçada na integração entre teoria e prática pela libertação das mulheres, não se vê feminismo e movimento de mulheres como dois campos distintos. Feminismo é a ideologia e a prática que orienta, que conforma, que constrói o movimento de mulheres; ou ele é um pensamento estéril. Afinal, qual é o sujeito dessa luta? Qual é a perspectiva dessa mudança?

Defendemos uma visão de feminismo, de movimento social, profundamente vinculada à realidade do conjunto das mulheres. O que não significa fechar os olhos à desigualdade entre mulheres. Mas significa, sim, conceber a ação política desse movimento, seu pensamento, a visão de mundo daí decorrente, diretamente vinculados às questões concretas vividas pelas mulheres em seu cotidiano e engajados na proposta de transformação global da vida das mulheres.

Essa não é, com certeza, a única visão de feminismo. Existem distintas concepções de feminismo e de construção do movimento, tanto no próprio movimento de mulheres como na sociedade. Podemos encontrar diversas perspectivas do que seja o feminismo. Aqui mencionamos duas visões, com as quais nos deparamos diversas vezes, e consideramos que limitam profundamente o projeto feminista como proposta de mundo e de mudança social.

Uma primeira concebe a ação feminista prioritariamente nos marcos de direitos iguais para mulheres e homens. Ainda que se ampliem para distintas dimensões, o horizonte da equivalência de direitos entre mulheres e homens, da equidade, sem o pressuposto de ruptura com os limites da igualdade formal que caracteriza a noção de direitos na sociedade capitalista, reduz a dimensão da transformação social indispensável para que seja possível superar a opressão das mulheres. A luta por direitos – políticos, econômicos e sociais, por direitos de reconhecimento etc. – foi e permanece como um aspecto importante da luta feminista. Afinal, a cidadania das mulheres ainda é uma cidadania limitada. Se na maioria dos países ocidentais têm-se uma aparente igualdade formal entre mulheres e homens, basta fugirmos da superficialidade da análise para percebermos o quanto, mesmo do ponto de vista das normas jurídicas e legais, os direitos das mulheres são negados. A inexistência do direito ao aborto é a maior evidência. Mas o que se questiona é a perspectiva que coloca como horizonte da luta social a igualdade formal e, portanto, prioriza em qualquer momento os marcos da legislação como o caminho principal de mudança.

Uma segunda visão é a que define o foco da ação feminista nos processos de transformação pessoal, individual, de modo de vida. Portanto, um processo de transformação em que a experiência pessoal, as possibilidades de estabelecer um modo de vida pessoal alternativo é o que define a identidade com o feminismo. Nos limites deste texto, de maneira rápida, podemos apontar dois questionamentos a essa definição.

Afasta-se de uma perspectiva de mudança social geral, concentrando-se nos processos de transformação pessoal, que são importantes, mas ganham sentido

global quando se inserem na luta por transformações coletivas. Além disso, em geral, fundamenta-se em uma interpretação culturalista da desigualdade entre mulheres e homens; assim, a mudança de consciência aparece como que desvinculada de práticas sociais e das bases materiais que fundamentam a desigualdade. Tal interpretação arrisca-se, além disso, a se posicionar em uma fronteira, nem sempre explicitada, em que os padrões de mudança são considerados inacessíveis às mulheres comuns.

Levando ao extremo, na verdade, para alguns e algumas, o feminismo só pode existir como um modo de vida de classe média (intelectualizada ou semi-intelectualizada); inalcançável na dura realidade vivenciada pelas mulheres mais pobres, mulheres populares, mulheres da classe trabalhadora. Que em última instância podem até ser do movimento de mulheres, mas “feministas” nunca vão ser.

Não se trata aqui de minimizar a importância da construção da consciência política, neste caso da consciência política feminista. A mudança na visão de mundo, a ruptura com práticas sociais discriminatórias, a superação ideológica da visão de mundo sexista, da lógica machista que impregna o nosso cotidiano e a própria construção de nossa personalidade é central no feminismo. É um desafio que exige uma postura crítica permanente aos valores e práticas aprendidos por mulheres e homens. Aliás, uma das grandes contribuições do feminismo foi o desvendamento da dicotomia entre o mundo público e o mundo privado; a exigência de se perceber que o pessoal também é político; cobrando da sociedade integração capaz de transformar de forma libertária o que são consideradas duas esferas. Importa enfatizar, portanto, aqui, o sentido de transformação integral e coletiva, no qual a perspectiva do feminismo como luta social busque incidir, de forma concreta, sobre as diversas dimensões das contradições sociais que conformam a desigualdade entre mulheres e homens, expressas no âmbito da vida privada e das relações pessoais e conformadas como práticas sociais coletivas.

Esse resumo com certeza não dá conta das diferenças de nuances entre as distintas interpretações de feminismo, mas nos ajuda a refletir sobre as opções de construção da militância feminista.

Feminismo militante, socialista, radical

Se o projeto político global que defendemos é um projeto no qual a mudança, a construção de uma igualdade real entre mulheres e homens, em que o fim da opressão das mulheres só será possível com uma mudança do sistema geral de opressão social, capitalista, é evidente que para nós a luta é vinculada. Assim, nossa concepção de construção de um movimento de mulheres autônomo, feminista, massivo, como força indispensável para garantir que a igualdade seja parte integrante e indispensável desse projeto, não abre mão da construção da militância feminista dentro de organizações e movimentos mistos. A existência de um processo de organização das mulheres, a presença de uma força feminista organizada, no interior dos partidos políticos de esquerda, dos movimentos sociais de luta dos trabalhadores e trabalhadoras, das instâncias de organização e articulação das lutas sociais é fundamental para que a perspectiva feminista não seja secundarizada. O

que se contrapõe, com certeza, à interpretação de alguns setores do feminismo que consideram incompatível a militância feminista com a atuação em entidades mistas.

Se entendemos que a opressão das mulheres, assim como a questão de raça-etnia, é central na estruturação da dominação capitalista, e da teia de subordinações/hierarquias que conformam as relações sociais, nossa concepção de feminismo busca estruturar uma ação militante que combina, de maneira permanente, a luta contra as diversas formas de dominação.

As estratégias de luta e as prioridades de ação se pautam por essa compreensão, uma vez que não é possível construir a igualdade entre mulheres e homens sem romper com a desigualdade de classes, de raça-etnia; sem romper com os diversos aspectos da desigualdade e da discriminação social que estruturam as relações de poder na sociedade.

Nesse sentido, a ação feminista precisa abarcar as distintas formas como a opressão se expressa na diversidade das condições de vida e da vivência das mulheres. As mulheres jovens, por exemplo, vivenciam de forma particular o controle sobre a sexualidade, a imposição de padrões de feminilidade sexistas, as dificuldades de decidir sobre seu projeto de vida e de futuro, tanto do ponto de vista das relações pessoais e afetivas quanto de suas possibilidades profissionais e de trabalho. Sua organização própria, no interior do processo de organização das mulheres, sua identificação com a luta feminista dá a essa luta a perspectiva de se renovar sistematicamente e de confrontar a repactuação das formas de dominação masculina.

Para mudar essas relações é preciso a força organizada de um sujeito político e social coletivo. Nos diversos momentos históricos, foi a atuação de mulheres organizadas que permitiu que as reivindicações das mulheres, as temáticas de seu interesse, estivessem presentes; que as mulheres ampliassem sua participação política e seus direitos sociais. A experiência da esquerda e das revoluções deixa evidente a importância da organização específica das mulheres. É decisiva a construção de um movimento de mulheres, feminista, massivo, capaz de disputar uma plataforma de mudanças sociais em favor das mulheres. Construir o feminismo como a ideologia e a prática de um movimento de mulheres, massivo, enraizado socialmente, é tarefa fundamental na disputa política que nos colocamos: de construir um mundo sem desigualdade, sem opressão.

Por isso defendemos o direito de auto-organização das mulheres. Sem autoorganização não se constrói esse sujeito político coletivo, capaz de propor e agir no sentido de uma mudança social. Mulheres capazes de construir sua própria história. Nesse processo de auto-organização precisamos estar atentas, também, a uma alteração crítica dos métodos de luta tradicionais, métodos viciados de militância que, muitas vezes, mais afastam do que abrem espaço para novas militantes. Sem abandonar a clareza do debate, das polêmicas reais, busca-se a construção de um espaço de solidariedade e unidade em torno de uma proposta política de feminismo que unifique as militantes, colocando em primeiro plano nossos objetivos políticos. Mais que a unidade por sermos mulheres, trata-se de forjá-la como mulheres que lutamos por um projeto político comum.

Como parte do processo de auto-organização está o desenvolvimento da

autoconsciência, a auto-reflexão. A socialização de homens e mulheres é conformada pelas relações de poder e hierarquia que marcam as relações sociais de sexo. A percepção crítica de como incorporamos ou não esses valores é parte de um processo pessoal e coletivo de mudança necessário. A consciência crítica feminista enfrenta agressiva resistência cotidiana expressa na desvalorização não apenas do conteúdo da luta, mas das próprias militantes. É nesse sentido que o combate contra o feminismo o contrapõe de forma tão direta à noção dominante de feminilidade. A desqualificação é feita pela contraposição com aquilo que se valoriza como imagem tradicional de mulher. As feministas seriam, então, mulheres mal-amadas, masculinizadas, não-belas etc. Um mecanismo recorrente de desqualificação de qualquer rebeldia e oposição aos valores hegemônicos cuja eficiência se deve ao enraizamento do padrão hegemônico de feminilidade, daquilo que é construído como identidade das mulheres, reforçada pelo apelo mercantil que atribui o valor das mulheres em função das necessidades masculinas. O desenvolvimento de uma consciência feminista, portanto, exige a construção de uma alternativa crítica radical a esse padrão de feminilidade.

Crítica também necessária à definição da maternidade como função e identidade centrais das mulheres; ao padrão de relações pessoais e afetivas que reafirmam a subordinação; à heterossexualidade obrigatória; à mercantilização do corpo e da vida das mulheres, entre diversas outras questões que aqui não é possível desenvolver.

Relações sociais, práticas sociais e transformação

Compreender as relações entre homens e mulheres na sociedade como práticas sociais construídas nos leva a refletir sobre os fundamentos da desigualdade. A noção de relações sociais de sexo, de relações de gênero, afirma que, em primeiro lugar, as desigualdades entre mulheres e homens são fundadas socialmente; não são as diferenças biológicas que justificam a desigualdade. E que a desigualdade entre os sexos tem uma base material ancorada na divisão sexual do trabalho.

A análise de Danièle Kergoat nos ajuda a refletir de forma mais sistemática. Em seu texto “Relações sociais de sexo e divisão sexual do trabalho”, argumenta que os questionamentos da opressão das mulheres trazidos pelo feminismo permitiram ver que os “papéis sociais de homens e mulheres não são produto de um destino biológico, mas que eles são, antes de tudo, construções sociais que têm uma base material”. Central na organização social do trabalho, a divisão sexual do trabalho articula diferenciação e hierarquia das atividades sociais, conformando um processo que, por um lado, fortalece as formas de exploração diferenciada de mulheres e homens e, por outro, conforma padrões de desigualdade entre mulheres e homens que dão aos homens posições de privilégio e poder em relação às mulheres.

Por isso a divisão sexual do trabalho deve ser entendida não apenas em seu

aspecto descritivo, mas como constitutiva da desigualdade entre os sexos. A análise específica, particular, dessas relações – das relações sociais de sexo – não significa perceber o mundo de forma fragmentada, uma vez que se busca integrar e articular essas relações ao conjunto das relações sociais. Sintetizando, Danièle Kergoat explicita que essa compreensão das relações sociais de sexo se apóia nos seguintes pontos:

1 – Em uma ruptura radical com as explicações biologizantes das diferenças entre práticas sociais masculinas e femininas.

2 – Em uma ruptura radical com os modelos supostos universais.

3 – Nas afirmações de que tais diferenças são construídas socialmente e que esta construção social tem uma base material (e não apenas ideológica).

4 – Que elas são, portanto, passíveis de serem aprendidas historicamente.

5 – Na afirmação de que estas relações sociais repousam em princípio e antes de tudo em uma relação hierárquica entre os sexos.

6 – De que se trata, evidentemente, de uma relação de poder.”

Não podemos nesse texto abarcar em toda profundidade esse debate. Ressaltamos apenas que compreender a opressão das mulheres no marco de relações sociais, de práticas sociais construídas historicamente, nos leva a orientar nossa militância para a organização política dos sujeitos capazes de romper com estas práticas e protagonizar a construção de novas relações: as mulheres como sujeito coletivo em movimento.

Da mesma forma, construídas socialmente e fundadas em bases materiais, que se articulam em especial pela divisão sexual do trabalho, a perspectiva de mudança exige ruptura com essa base material que fundamenta a desigualdade. O conflito, as contradições entre mulheres e homens estão assentadas sobre práticas e interesses materiais que conformam relações de poder. Por isso a construção da autonomia das mulheres é indispensável para que se possam estabelecer novos parâmetros de relações sociais. Ao falar em fundamentos materiais não nos limitamos às questões econômicas que são, sem dúvida, centrais para a construção da autonomia das mulheres, pois, mantidas as relações de dependência e exploração econômica não se pode falar em autonomia. A construção da autonomia pessoal pressupõe, também, o controle sobre sua vida, sobre o seu corpo, sobre sua atuação no mundo, sobre seu tempo, o que não é dado só pelas condições econômicas, ainda que sejam condições materiais. Exemplo importante é a questão da legalização do aborto, aspecto fundamental da possibilidade de decidir sobre suas opções de vida.

Processos de mudança social efetivamente libertários, como a construção de um socialismo democrático libertário, só podem existir com mudanças nas práticas sociais e nas relações entre mulheres e homens. Um dos grandes desafios que o feminismo trouxe para a esquerda foi insistir nessa questão: a libertação das

mulheres, a igualdade, não é automática.

Não é dada como consequência automática da ruptura nas relações de poder de classe. É fundamental que as mulheres, como sujeito político coletivo, sejam parte integral da proposta, que a pauta feminista explicitada faça parte do projeto político de mudança. Para além do direito elementar de participar e decidir sobre seu próprio destino, porque existem conflitos reais. O conflito entre homens e mulheres não é fantasia da nossa cabeça. Nosso cotidiano, nossa militância, a história da esquerda e dos processos revolucionários são testemunho das dificuldades de se construir a igualdade.

Nosso desafio é a construção de um feminismo capaz de se organizar em torno de uma plataforma radical, de esquerda, capaz de mobilizar a força massiva de um movimento de mulheres que não deixe dúvidas que a igualdade real entre mulheres e homens é parte indispensável de nossa luta.

Referência citada:

KERGOAT, Danièle. Relações sociais de sexo e divisão sexual do trabalho. In:

LOPES, Marta Júlia M.; MEYER, Dagmar E.; WALDOW, Vera Regina. Gênero e saúde.

Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.